

PREGÃO ELETRÔNICO

90.012/2026

CONTRATANTE (UASG)

154049

OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação do serviço de vigilância patrimonial desarmada, com dedicação exclusiva de mão de obra, nos quatro campi da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 11.200.767,60 (Onze milhões, duzentos mil, setecentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 11/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por Lote

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO	13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	17
9. DO TERMO DE CONTRATO	19
10. DOS RECURSOS	20
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	20
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	23

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.012/2026

Processo Administrativo nº 23112.004492/2024-26

Torna-se público que a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, por meio da Pró-Reitoria de Administração (Coordenadoria de Compras), sediada na Rodovia Washigton Luiz, km 235 – São Carlos-SP, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é contratação de empresa especializada na prestação do serviço de vigilância patrimonial desarmada, com dedicação exclusiva de mão de obra, nos quatro campi da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 31 (trinte e um) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não será concedido, nesta Licitação, tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

- 2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7.11 sociedades cooperativas;
- 2.7.12 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.7.13 pessoas físicas.

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do

financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4, 4.8 ou 4.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.15.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.15.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.16.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.16.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor unitário (mensal, unitário etc., conforme o caso) e anual dos itens e do lote;

5.1.2 Os itens que compõem o lote deverão constar na tela de proposta da licitante, que obrigatoriamente deverá cotar todos os itens do lote. **O item 31 (Serviço de segurança pessoal e/ou eventos por demanda) não será motivo para disputa, tampouco poderá ser alterado pelo licitante, servindo apenas como estimativa a ser utilizada, quando da necessidade de contratação destes serviços, sob demanda;**

5.1.3 Na fase de lances, a disputa deverá ser pelos itens 01 a 30, muito embora a classificação final dos itens seja pelo valor total anual do lote;

5.1.4 No caso dos itens que compõem cada lote, a cada lance ofertado, o sistema atualizará automaticamente o valor anual do lote. **Caso a empresa vencedora apresente um valor diferente do estimado para o item 31, ou seja, valor diferente do fixado, a mesma será desclassificada.** A desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens do lote.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo

para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.14. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.15. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item e do lote.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (Um centavo de Real).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de

classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.12.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.13.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.6 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.7 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

6.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.21.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.21.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.23.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.23.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.23.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.23.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.24.1 empresas brasileiras;

6.24.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.24.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o

Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.26.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.26.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.26.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.26.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.26.5 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.26.6 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Sicaf;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração.

7.9. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

7.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.10.1 conter vícios insanáveis;

7.10.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.10.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.10.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.10.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.10.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.12.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.12.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14.1 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.14.2 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.14.3 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.14.4 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.15.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.15.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime;

7.15.3 O Pregoeiro concederá apenas 2 (duas) oportunidades para que a licitante proceda ao envio da planilha de custos devidamente adequada. Esta limitação encontra amparo no poder regulamentar da Administração (Art. 5º da Lei nº 14.133/2021), e visa garantir a eficiência e a celeridade do procedimento;

7.15.4 Caso a licitante não promova a adequação da planilha no prazo estabelecido, ou apresente uma planilha ainda inadequada na segunda oportunidade, sua proposta será desclassificada, em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Art. 5º da Lei nº 14.133/2021), e como medida necessária para assegurar a eficiente condução do certame.

7.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.18. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.19. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.22. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.23. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

7.23.1 declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

7.23.2 cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

7.23.3 cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

7.23.4 declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.24. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

7.25. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.26. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.27. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

7.28. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.9.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado conforme itens 4.20 a 4.22 do Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.9.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de NO MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em, NO MÍNIMO, DUAS HORAS, para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 30 (trinta) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 30 (trinta) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.7. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

9.7.1 Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei nº 14.967/2024.

9.8. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra para contratos com quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.proad.ufscar.br/pt-br/servicos/compras/licitacoes>.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou solicitar vistas sobre seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: **compras@ufscar.br**.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico sei.ufscar.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0, bastando informar o número do processo (23112.004492/2024-26) para que consiga visualizar toda documentação pertinente.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

13.11.1.2. Apêndice do Anexo I – Quantidade, Especificações e Valores;

13.11.1.3. Apêndice do Anexo I – Especificações dos Serviços;

- 13.11.1.4. Apêndice do Anexo I – Instrumento de Medição de Resultados;
- 13.11.1.5. Apêndice do Anexo I – Especificações Mínimas de Referência do Drone;
- 13.11.1.6. Apêndice do Anexo I – Planilha Modelo;
- 13.11.2 Anexo II – Atestado de Vistoria Técnica;
- 13.11.3 Anexo III – Declaração de Dispensa de Vistoria Técnica;
- 13.11.4 Anexo IV – Termo de Conciliação;
- 13.11.5 Anexo V – Minuta de Termo de Contrato;
- 13.11.6 Anexo VI – Autorização Complementar ao Contrato;
- 13.11.7 Anexo VII e Sub-Anexos – Modelos de Termo de Cooperação Técnica;
- 13.11.8 Anexo VIII – Declaração de Reserva de Cargos para Pessoas com Deficiência;
- 13.11.9 Anexo IX – Declaração de Reserva de Cargos para Mulheres Vítimas de Violência;

São Carlos, 16 de Abril de 2026.

Fábio Zuccolotto Ferreira
Pró-Reitor Adjunto de Administração

FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS

Termo de Referência 25/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
25/2026	154049-FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	FABIO ZUCCOLOTTO FERREIRA	16/04/2026 15:34 (v 0.8)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		23112.004492/2024-26

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Processo Administrativo nº 23112.004492/2024-26

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços contínuos de vigilância e segurança patrimonial, compreendendo postos fixos com dedicação exclusiva de mão de obra e serviços sob demanda, para atender às necessidades dos quatro campi da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Estação Experimental de Valparaíso e NETC Sorocaba, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo 1 - Campus de São Carlos, localizado na Rodovia Washington Luís, Km 235 – SP 310 – São Carlos/SP						
ITEM	CATEGORIA (A)	CATSER	Unidade	QTD	Valor Mensal	Valor Anual
1	7 Postos de Vigilância à pé – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12	R\$ 104.961,01	R\$ 1.259.532,12
2	1 Posto de Supervisor de Monitoramento/Operador de drone - 12 hs diurnas de segunda-feira a domingo, envolvendo 02	30136	Mês	12	R\$ 19.960,43	R\$ 239.525,16

	supervisores em turnos de 12x36 hrs					
3	2 Postos de Vigilante Operador de Monit. Eletrônica - Vigilância Desarmada à pé – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12	R\$ 25.297,72	R\$ 303.572,64
4	7 Postos de Vigilância à pé – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	30136	Mês	12	R\$ 116.596,96	R\$ 1.399.163,52
5	1 Posto de Supervisor de Monitoramento/Operador de drone - 12 hs noturnas de segunda -feira a domingo, envolvendo 02 supervisores em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12	R\$ 21.547,74	R\$ 258.572,88
6	2 Postos Vigilante Operador de Monit. Eletrônico Vigilância à pé – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	30136	Mês	12	R\$ 31.843,37	R\$ 382.120,44
7	4 Postos de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12	R\$ 63.872,51	R\$ 766.470,12
8	4 Postos de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	30136	Mês	12	R\$ 66.988,30	R\$ 803.859,60
9	1 Posto de vigilância almocista, 12 hrs diurnas de segunda feira a domingo, envolvendo 02 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12	R\$ 15.212,05	R\$ 182.544,60

10	1 Posto de vigilância jantista, 12 hrs noturnas de segunda feira a domingo, envolvendo 02 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12	R\$ 17.056,47	R\$ 204.677,64
11	1 Posto de coordenador de operações e inteligência, 40 hrs de segunda-feira a sexta-feira.	30136	Mês	12	R\$ 13.477,76	R\$ 161.733,12
TOTAL GLOBAL - GRUPO 1				R\$ 5.961.771,84		

Grupo 2 - Campus de Sorocaba, localizados na Rodovia João Leme dos Santos – SP 264 – Km 110, Barirro do Itinga – Sorocaba /SP						
ITEM	CATEGORIA (A)	CATSER	Unidade	QTD	Valor Mensal	Valor Anual
12	1 Posto de Vigilância à pé – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12	R\$ 15.268,61	R\$ 183.223,32
13	1 Posto de Vigilância à pé – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	30136	Mês	12	R\$ 15.207,25	R\$ 182.487,00
14	2 Postos de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12	R\$ 27.690,48	R\$ 332.285,76
15	2 Postos de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12	R\$ 33.925,58	R\$ 407.106,96
	1 Posto de Supervisor de Monitoramento - 12 hs diurnas de					

16	segunda -feira a domingo, envolvendo 02 supervisores em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12	R\$ 21.157,38	R\$ 253.888,56
17	1 Posto de Supervisor de Monitoramento - 12 hs noturnas de segunda -feira a domingo, envolvendo 02 supervisores em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12	R\$ 21.540,24	R\$ 258.482,88
TOTAL GLOBAL - GRUPO 2				R\$ 1.617.474,48		

Grupo 3 - Campus de Sorocaba, Núcleo de Educação, Tecnologia e Cultura – NETC da UFSCar/Sorocaba,e na Rua Maria Cinto de Biaggi, nº 130, Santa Rosália – Sorocaba/SP						
ITEM	CATEGORIA (A)	CATSER	Unidade	QTD	Valor Mensal	Valor Anual
18	1 Posto de Vigilância à pé – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12	R\$ 15.268,61	R\$ 183.223,32
19	1 Posto de Vigilância à pé – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12	R\$ 17.164,39	R\$ 205.972,68
TOTAL GLOBAL - GRUPO 3				R\$ 389.196,00		

Grupo 4 - Campus de Araras, localizado na Rodovia Anhanguera, Km 174 – SP-330, Araras/SP						
ITEM	CATEGORIA (A)	CATSER	Unidade	QTD	Valor Mensal	Valor Anual

20	3 Postos de Vigilância à pé – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12	R\$ 45.609,61	R\$ 547.315,32
21	3 Postos de Vigilância à pé – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12	R\$ 51.367,53	R\$ 616.410,36
22	1 Posto de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12	R\$ 17.274,79	R\$ 207.297,48
23	1 Posto de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	30136	Mês	12	R\$ 22.822,22	R\$ 273.866,64
TOTAL GLOBAL - GRUPO 4				R\$ 1.644.889,80		

Grupo 5 - Campus de Araras, Estação Experimental de Valparaíso, Rodovia Dr. Plácido Rocha, Km 41, Valparaíso/SP						
ITEM	CATEGORIA (A)	CATSER	Unidade	QTD	Valor Mensal	Valor Anual
24	1 Posto de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	30136	Mês	12	R\$ 16.980,36	R\$ 203.764,32
25	1 Posto de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	30136	Mês	12	R\$ 18.836,39	R\$ 226.036,68

TOTAL GLOBAL - GRUPO 5				R\$ 429.801,00		

Grupo 6 - Campus Lagoa do Sino, localizado na Rodovia Lauri Simões de Barros, Km 12 - SP-189, Bairro Aracaçu (zona rural), Buri/SP						
ITEM	CATEGORIA (A)	CATSER	Unidade	QTD	Valor Mensal	Valor Anual
26	1 Posto de Vigilância à pé – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12	R\$ 15.069,76	R\$ 180.837,12
27	1 Posto de Vigilância à pé – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12	R\$ 16.556,58	R\$ 198.678,96
28	1 Posto de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12	R\$ 17.018,79	R\$ 204.225,48
29	1 Posto de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	30136	Mês	12	R\$ 18.837,82	R\$ 226.053,84
TOTAL GLOBAL - GRUPO 6			R\$ 809.795,40			

EQUIPAMENTO						
ITEM	CATEGORIA (A)	CATSER	Unidade	QTD	Valor Mensal	Valor Anual
30	1 Drone M30 THERMAL	21660	Mês	12	R\$ 18.449,09	R\$ 221.389,08

SERVIÇO POR DEMANDA (HORA/HOMEM - TODOS OS CAMP)						
ITEM	CATEGORIA (A)	CATSER	Unidade	QTD	Valor Unitário	Valor Anual
31	Serviço de segurança pessoal e /ou de eventos por demanda (hora /homem)	30136	Hora	3.000	R\$ 42,15	R\$ 126.450,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 45358058000140-0-000001/2026;
- II. Data de publicação no PNCP: 14/05/2025;
- III. Id do item no PCA: 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139 e 140;
- IV. Classe/Grupo: 852 - SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA;
- V. Identificador da Futura Contratação: 154049-69/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A Contratada deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas Secretaria Especial de Previdência e Trabalho;

4.1.2. A Contratada deverá elaborar e implementar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), de acordo com as Normas Regulamentadoras da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho; e

4.1.3. A Contratada deverá elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho;

4.1.4. A Contratada deverá assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor **total** da contratação.

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.9.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.10. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.10.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.15.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.15.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.16.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.16.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.16.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.20. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **09h às 12h e das 14h às 16h**, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone ou e-mail:

Campus	Endereço
São Carlos	Rod. Washington Luís km 235 - SP-310 - São Carlos, CEP 13565-905, Telefone: (16) 3351-8159. E-mail: pu-gab@ufscar.br / acarlino@ufscar.br
Araras	Rod. Anhanguera, km 174 - SP-330 – Araras, CEP 13600-970, Telefone: (19) 3543-2600, ou 3543-2601, Fax: (19) 3543-2602. E-mail: prefeituracca@ufscar.br
Sorocaba	Rod. João Leme dos Santos km 110 - SP-264 Bairro do Itinga – Sorocaba CEP 18052- 780, Telefones: (16) 3229 5920. E-mail: pu-sor@ufscar.br e 3229-5917 E-mail: demce@ufscar.br
Lagoa do Sino	Rod. Lauri Simões de Barros km 12 - SP-189 Bairro Aracaçu – Buri. Correspondência: Consulte Telefone: (15) 3256-9000. E-mail: puls-gab@ufscar.br

4.21. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

- 4.22. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.23. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.24. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1. Início da execução do objeto: **08/06/2026**.
- 5.1.2. Os serviços serão prestados, em turnos de 12 horas, nos horários das 6:00 às 18:00 horas e das 18:00 às 6: 00 horas, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados e finais de semana, nos Campi da UFSCar, Estação Experimental de Valparaíso e NETC Sorocaba.
- 5.1.3. Deverá ser considerado obrigatoriamente o intervalo intrajornada (pausa para repouso e alimentação de 1 hora).
- 5.1.4. É vedada a subcontratação parcial do objeto. A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, não se responsabilizando o CONTRATANTE por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.
- 5.1.5. O controle do cumprimento da carga horária será de inteira responsabilidade da empresa Contratada
- 5.1.6. As atribuições dos vigilantes encontram-se pormenorizada no Anexo II deste Termo de Referência.

Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar			
Campus	Município	Endereço	Telefone
São Carlos	São Carlos/SP	Rod. Washington Luís km 235 - SP-310 - São Carlos. CEP: 13565-905	(16) 3351-8193
Araras	Araras/SP	Rod. Anhanguera km 174 - SP-330 - Araras. CEP 13600-970	(19) 3543-2624
Estação Experimental de Valparaíso	Valparaíso/SP	Rodovia Dr. Plácido Rocha, Km 41 Valparaíso/SP	(19) 3543-2624

Sorocaba	Sorocaba/SP	Rod. João Leme dos Santos km 110 - SP-264 Bairro do Itinga - Sorocaba. CEP 18052-780	(15) 3229-7438
NETC Sorocaba	Sorocaba/SP	Rua Mana Cinto de Biaggi. no 130, Santa Rosália - Sorocaba/SP	(15) 3229-7438
Lagoa do Sino	Buri/SP	Rod. Lauri Simões de Barros km 12 - SP-189 Bairro Aracaçu - Buri	(15) 3256-9028

Rotinas a serem cumpridas

5.2.1 A execução contratual observará as rotinas do Anexo III deste Termo de Referência.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1. A quantidade de postos de trabalho foi obtida levando em consideração a necessidade de cada campus da UFSCar – Universidade Federal de São Carlos, conforme indicados na tabela do no item 1.1 deste Termo de Referência;

5.4.2. A quantidade de postos de trabalho foi obtida levando-se em conta o tamanho de cada campus do Órgão, incluindo seus anexos e unidades;

5.4.3. Para o preenchimento da planilha, deverão ser observados, entre outros, os seguintes aspectos:

5.4.3.1. Pagamento de salários de acordo com a categoria e convenção coletiva utilizada qual seja: Convenção Coletiva 2026 - SESVESP com número de registro no Ministério do Trabalho;

5.4.3.2. Custos adicionais que repercutam, direta ou indiretamente sobre a mão de obra utilizada, tais como: vale-transporte; vale-alimentação ou outros benefícios legais concedidos;

5.4.3.3. Competitividade e lucro praticado pelo licitante;

5.4.3.4. Tributos e contribuições incidentes;

5.4.3.5. Materiais e insumos;

5.4.3.6. Equipamentos (como o drone);

5.4.3.7. Despesas administrativas e operacionais.

5.4.4. A planilhas servirão para verificação da compatibilidade do preço em relação ao praticado no mercado, bem como parâmetro para eventuais revisões/reequilíbrios financeiros solicitados pela contratada.

5.4.5. As despesas decorrentes de viagens, que compreendam hora extra, adicional noturno, diárias e demais custos inerentes à execução dos serviços, serão objetos de faturamento mensal.

5.4.6. Deverão compor a proposta para o certame, a planilha de Custos e Formação de Preços:

5.4.6.1. Salários, vale-alimentação, vale-transporte, uniformes e demais módulos da Planilha mensal e por vigilante;

5.4.7. O controle do cumprimento dos horários estabelecidos ficará sob responsabilidade direta do preposto da contratada, ficando este sujeito à fiscalização da contratante.

5.4.8. As horas extras são devidas quando o empregado trabalha além da sua jornada normal de trabalho, sendo:

5.4.8.1. A remuneração pelas horas extras deve ser acrescida, em 50% ao valor da hora normal (art. 7º, CF/88), quando realizadas de segunda a sábado;

5.4.8.2. A remuneração pelas horas extras deve ser acrescida em 100% se realizadas aos domingos e feriados;

5.4.8.3. Adicional noturno:

5.4.8.3.1. Considera-se hora noturna o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte (art.73, § 2º, lei nº 5.452/43) com adicional de 20%

5.4.8.4. Vale-Refeição:

5.4.8.4.1. A empresa concederá a todos os empregados vale-refeição no valor previsto em Convenção Coletiva, nos termos da Lei 6.231/76 e do Decreto nº 5/91, que regulamentam o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT;

5.4.8.4.2. Os benefícios previstos neste subitem não possuem natureza salarial, não se incorporam à remuneração para quaisquer efeitos, não constituem base de incidência de contribuição previdenciária ou do fundo de garantia por tempo de serviço e nem configura rendimento tributável do trabalhador;

5.4.8.4.3. Em caso de extinção ou suspensão do contrato de trabalho, o vale-refeição será pago ao trabalhador proporcionalmente aos dias efetivamente trabalhados no mês;

5.4.8.4.4. O valor do vale – refeição segue o determinado na CCT.

Especificação da garantia do serviço

5.5. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido[A15] na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.6. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.16.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.6.1.1. Uniforme Vigilantes:

5.6.1.2. 02 (duas) camisas de manga curta;

5.6.1.3. 02 (duas) calças sociais;

5.6.1.4. 01 (um) boné/quepe;

5.6.1.5. 01 (uma) capa de chuva;

5.6.1.6. 01 (um) cinto de couro;

5.6.1.7. 01 (uma) blusa de frio/jabona;

5.6.1.8. 01 (um) par de sapatos/coturnos

5.6.1.9. 01 (um) crachá.

5.6.1.10. Uniforme Motociclista:

5.6.1.11. 02 (duas) camisas de manga curta;

5.6.1.12. 02 (duas) calças sociais;

5.6.1.13. 01 (um) capacete;

5.6.1.14. 01 (uma) capa de chuva;

5.6.1.15. 01 (um) conto de couro;

5.6.1.16. 01 (uma) jaqueta;

5.6.1.17. 01 (um) par de luvas;

5.6.1.18. 01 (um) par de sapatos/coturnos;

5.6.1.19. 01 (um) crachá.

5.6.2. Os conjuntos completos deverão ser entregues ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.

5.6.3. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.6.3.1. As peças de uniformes deverão ser confeccionadas com tecido e material de primeira qualidade;

5.6.3.2. Todos os itens do conjunto de uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação da CONTRATANTE e, a pedido dela, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações.

5.6.4. No caso de colaborado gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.6.5. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

5.6.6. A CONTRATADA não poderá exigir dos funcionários o uniforme usado, quando da entrega do novo.

5.6.7. Os empregados deverão estar devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá.

5.6.8. É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

5.6.9. Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto a tecido, cor, modelo, desde que previamente aceitas pela FISCALIZAÇÃO.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.7.1. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.
- 6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

- 6.16.1. A CONTRATADA será avaliada mensalmente, pelo seu desempenho na prestação do serviço, com base em Instrumento de Medição de Resultados (IMR), Anexo I-B deste Termo de Referência. Este documento define a metodologia para a avaliação dos serviços prestados pela CONTRATADA, descrevendo os critérios e as pontuações a serem empregados pelo CONTRATANTE na gestão do contrato. Os resultados do controle da qualidade dos serviços prestados indicarão os cálculos para obtenção dos valores a serem faturados, em conformidade com as cláusulas contratuais;
- 6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.19. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.
- 6.20. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.
- 6.21. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.
- 6.22. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.
- 6.23. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.
- 6.24. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.
- 6.25. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.
- 6.26. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.
- 6.27. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:
- 6.27.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;
 - 6.27.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;
 - 6.27.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
 - 6.27.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.
- 6.28. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:

6.28.1 O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades;

6.28.2. O responsável pela unidade avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;

6.28.3. O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e

6.28.4. Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.29. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.30. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.30.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.30.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando -se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.34. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.34.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.34.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.34.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.34.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.34.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.34.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.34.1.2.1 Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.34.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.34.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.34.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.34.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.34.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.34.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.34.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.34.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.34.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.34.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social mínimo integralizado atende ao disposto no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024.

6.34.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.34.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.34.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.34.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.34.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.35. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.36. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.37. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.38. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

- 6.39. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.40. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 6.41. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.42. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.43. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
- 6.45. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.46. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.47. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.48. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.49. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.50. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.
- 6.51. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.52. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.53. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.54. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges /Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.55. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.56. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.56.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.56.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

6.57. As compensações de jornada limitam-se:

6.57.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.57.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.58. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

6.59. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.

6.60. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.

6.61. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.

6.62. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.

6.63. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

6.64. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

6.64.1. até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

6.64.2. em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.65. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.66. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

Gestor do Contrato

6.67. Cabe ao gestor do contrato:

6.67.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.67.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.67.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.67.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.67.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.67.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.67.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.67.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.67.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.67.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.68. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III deste Termo de Referência.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4.1. Os resultados alcançados em relação ao contratado, com verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

7.4.2. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

7.4.3. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

7.4.4. Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigida; e

7.4.5. A satisfação do público usuário.

Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A9]

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA /IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação

7.38. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.39 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado[A19] :

7.39.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.39.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.40. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.40.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.41. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.42. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.43. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.44. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.45. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.46.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.46.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.46.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.46.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.46.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.46.6. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.47. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA/IBGE, com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.48. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.49. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.50. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.51. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.52. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.53. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.54. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.55. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.56. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.57. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.58. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

- 7.59. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **30 (trinta) dias**, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.
- 7.60. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 7.61. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 7.62. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.63. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
- 7.64. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita[A22] no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.
- 7.65. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.65.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Reajuste

- 7.66. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 22/01/2026.
- 7.67. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.68. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.69. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.70. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.71. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.72. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.73. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

- 7.74. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 7.74.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.74.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a

realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.74.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.74.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.75. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta-Depósito Vinculada

7.76. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.77. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.78. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.79. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.80. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.81. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.82.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.83.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.84.3. Multa sobre o FGTS; e

7.85.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.86. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES /MP n. 5/2017.

7.87. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.88. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.89. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitem acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.90. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.91. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.92. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.93. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **60 (sessenta)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar

confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.4. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

9.5. Os valores orçados pela Administração constam na Planilha Comparativa de Preços.

Exigências de habilitação

9.6. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.7. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.8. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.10. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.12. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.14. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.17. Autorização ou revisão de autorização de funcionamento da empresa na atividade objeto desta licitação em plena validade, concedida pelo Departamento de Polícia Federal, conforme estabelecem os arts. 4º e 40 da Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024 e a Portaria DG/DPF nº 18.045, de 17 de abril de 2023

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.18. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.19. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.20. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.22. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.23. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.24. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.25. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.26. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.27. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.28. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.29. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.28.1. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.30. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.31. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.32. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.32.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.32.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.33. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.34. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.34.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.35. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente **da Polícia Federal**, em plena validade;

9.35.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.36. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.36.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.36.1.1. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

9.36.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.36.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.36.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.36.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.37. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.38. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.39. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.40. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.44. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.44.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.44.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.44.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.44.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.44.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.44.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.44.6.1. ata de fundação;

9.44.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.44.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.44.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.44.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.44.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.44.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 11.200.767,60 (Onze milhões, duzentos mil, setecentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/unidade: 154049;
- II. Fonte de recursos: 1000;
- III. Programa de trabalho: 230967;
- IV. Elemento de despesa: 33.90.37-03; e
- V. Plano interno: N20RKG01SCN.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

São Carlos, 18 de Março de 2026.

13. ANEXO I

Não se aplica.

14. ANEXO II

Não se aplica.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALEX ELIAS CARLINO

Prefeito Universitário do campus São Carlos

MAIARA FERNANDA PERES

Prefeita Universitária do campus Araras

ADEMIR PADILHA ARRUDA JUNIOR

Prefeito Universitário do campus Sorocaba

PAULO ROBERTO CASTANHO DE ALMEIDA

Prefeito Universitário do campus Lagoa do Sino

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP_154049-000020-2026.pdf (742.04 KB)
- Anexo II - Quantidade, Especificacoes e Valores.pdf (96.13 KB)
- Anexo III - Especificacoes dos Servicos.pdf (97.81 KB)
- Anexo IV - Instrumento de Medicao de Resultados.pdf (111.92 KB)
- Anexo V - Especificacoes Minimais de Referencia do Drone.pdf (276.99 KB)
- Anexo VI - Planilha modelo - Atualizada.pdf (93.22 KB)

ANEXO I

Estudo Técnico Preliminar 20/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23112.004492/2024-26

2. Objeto do Estudo Técnico Preliminar

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial, compreendendo postos fixos com dedicação exclusiva de mão de obra e serviços sob demanda, para atender às necessidades dos quatro *campi* da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Estação Experimental de Valparaíso e NETC Sorocaba.

A contratação será dividida em três pilares operacionais distintos, visando a eficiência e a racionalização de recursos:

- **Pilar I - Vigilância Patrimonial Fixa:** Postos de vigilância (a pé e motorizada) com dedicação exclusiva de mão de obra em turnos de 12x36h.
- **Pilar II - Vigilância Aérea Remota (Drones) por Demanda:** Item específico para monitoramento tático e preventivo, com acionamento conforme necessidade (ex: épocas de queimadas ou eventos de risco)..
- **Pilar III - Segurança Eventual sob Demanda:** Item destinado à cobertura de eventos acadêmicos, proteção de autoridades/pessoas e reforços excepcionais (incluindo segurança armada, se necessário), faturado por serviço efetivamente prestado.

Em conformidade com a política de otimização da UFSCar, os postos de Vigilantes Líderes e Vigilantes Motorizados acumularão a função de Brigadistas, devendo possuir certificação específica e capacitação para combate a princípios de incêndio e primeiros socorros.

3. Descrição da necessidade

Tendo em vista que a reduzida força de trabalho da Universidade se concentra na execução das rotinas administrativas exclusivas de servidores públicos, é visível a carência de profissionais para execução de atividades complementares aos assuntos que constituem área de competência legal deste Órgão, necessárias ao seu bom funcionamento e não inerentes às atribuições de cargos de seu quadro de servidores.

Assim, considerando que os serviços pretendidos são necessários ao funcionamento da estrutura administrativa de diversos departamentos, sendo estes fundamentais ao desenvolvimento das atividades do Órgão, salientando que tais serviços não possuem correlação com as atribuições dos cargos previstos no quadro de pessoal próprio, é plenamente justificada a presente demanda.

A UFSCar possui uma estrutura complexa, com cinco *campi* que totalizam milhões de metros quadrados, áreas de preservação ambiental (cerrado) e valioso patrimônio científico e tecnológico. A necessidade fundamental é garantir a incolumidade das pessoas (comunidade acadêmica e visitantes) e a integridade do patrimônio público contra furtos, roubos, vandalismo e invasões.

O modelo de vigilância exclusivamente fixo, apesar de historicamente utilizado e bem utilizado até hoje, apresenta limitações de cobertura em áreas extensas e de difícil acesso. Dessa forma, a nova contratação visa suprir as seguintes lacunas:

- **Sazonalidade e Riscos Ambientais:** A UFSCar sofre com queimadas críticas em períodos de estiagem. A necessidade de monitoramento aéreo por drones justifica-se pela rapidez na identificação de focos de incêndio e auxílio às equipes de brigadistas.
- **Dinâmica Acadêmica:** A realização de eventos, congressos e visitas de autoridades demanda um reforço de segurança que não é constante. A contratação "por demanda" evita o pagamento de postos fixos ociosos, garantindo eficiência orçamentária.
- **Especialização de Funções:** A necessidade de resposta rápida a princípios de incêndio em áreas remotas ou de grande circulação exige que os vigilantes motorizados e líderes atuem também como brigadistas, otimizando o tempo de resposta até a chegada do Corpo de Bombeiros ou brigada institucional.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Prefeitura Universitária do Campus São Carlos	Alex Elias Carlino
Prefeitura Universitária do Campus Araras	Maiara Fernanda Peres
Prefeitura Universitária do Campus Sorocaba	Ademir Padilha Arruda Junior
Prefeitura Universitária do Campus Lagoa do Sino	Paulo Roberto Castanho de Almeida

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Trata-se de serviço comum, com dedicação exclusiva de mão de obra para os postos fixos e serviços por demanda para tecnologia e eventos, visando atender à necessidade pública de forma permanente e contínua. A interrupção destes serviços comprometeria gravemente a missão institucional da UFSCar, colocando em risco a vida da comunidade acadêmica e a integridade do patrimônio científico e ambiental.

As atribuições gerais e específicas de cada cargo e as exigências tecnológicas são as listadas abaixo:

Atribuições dos Cargos (Pilar I)

I – Vigilante Patrimonial – CBO 5173-30:

Descrição: Profissional responsável por zelar pela guarda do patrimônio e exercer a vigilância das plantas dos campi, percorrendo-as sistematicamente e examinando portas, janelas, portões e cercas para assegurar que estejam devidamente fechados.

Atribuições Específicas: Controlar o fluxo de pessoas e veículos em áreas de acesso; identificar irregularidades e situações de risco; prestar auxílio ao público em geral; zelar pela integridade física de alunos, servidores e visitantes; e operar sistemas de rádio-comunicação.

Características de Trabalho (CBO): Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito.

II – Vigilante Motorizado (Brigadista) – CBO 5173-30:

Descrição: Além das funções típicas de vigilância, estes profissionais atuam na linha de frente da resposta a emergências e na supervisão imediata das equipes de postos fixos.

Atribuições de Brigada (NBR 14608): Atuar na prevenção e no combate a princípios de incêndio; operar extintores e hidrantes; prestar primeiros socorros e suporte básico de vida; coordenar o abandono de área em situações de sinistro; e realizar vistorias preventivas para identificar riscos de incêndio, especialmente nas áreas de cerrado dos campi.

Requisito de Formação: Certificação de Brigadista de Incêndio, renovada anualmente, emitida por instituição credenciada junto ao Corpo de Bombeiros da PMESP, com carga horária mínima de nível intermediário/avançado.

III – Coordenador de Operações e Inteligência (CBO 2526-05)

Perfil: Profissional com formação superior em Gestão de Segurança Privada ou áreas correlatas, com expertise em sistemas de segurança eletrônica e operação de drones.

Atribuições de Inteligência:

Coordenar a Central de Monitoramento Integrado (drones + CFTV + alarmes), elaborar relatórios mensais de análise de riscos e vulnerabilidades dos *campi*, propor ajustes dinâmicos na ronda motorizada com base em dados de ocorrências, gerenciar a execução dos serviços "sob demanda", garantindo que a mobilização ocorra nos prazos contratuais, realizar a interlocução técnico entre a empresa contratada e a Instituição, traduzindo as necessidades acadêmicas em ordens de serviço táticas.

Requisitos da Solução de Vigilância Aérea (Drones - Pilar II)

I – Operador de Aeronave Remotamente Pilotada (RPA):

Atribuições: Planejar e executar voos de monitoramento e fiscalização aérea; configurar sistemas de telemetria e câmeras térmicas; processar e transmitir imagens em tempo real para a Central de Segurança; e atuar em apoio direto às equipes de solo em casos de identificação de focos de incêndio ou invasões.

Requisitos Profissionais: Registro no SISANT (ANAC) e habilitação técnica para operação de aeronaves em missões de segurança.

Requisitos de Segurança sob Demanda (Pilar III)

Atribuições de Segurança Pessoal e de Eventos: Atuação em regime de pronto-emprego para proteção de autoridades em trânsito na Universidade e controle de grandes públicos em formaturas ou eventos de massa.

Requisitos de Perfil: Os profissionais destinados a este item devem possuir curso de extensão em "Segurança para Grandes Eventos" ou "Vigilância VIP", conforme regulamentação da Polícia Federal.

6. Levantamento de Mercado

Panorama do Mercado e Benchmarking Institucional: A equipe de planejamento realizou ampla pesquisa no Portal de Compras Governamentais (Compras.gov.br) e em repositórios de editais de outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e órgãos da Administração Pública Federal Direta, buscando identificar as melhores práticas sob a égide da Lei nº 14.133/2021. Foram analisados, entre outros, os seguintes modelos:

- **Modelos de Segurança sob Demanda (TCU e SPU):** Observou-se que o Tribunal de Contas da União (Pregão 90.027/2024) e a Secretaria do Patrimônio da União (Pregão 90.018/2024) consolidaram a estratégia de licitar itens específicos para segurança eventual e pessoal, com faturamento por serviço prestado. Tal modelo mostrou-se superior ao de postos fixos para eventos, pois elimina o pagamento por ociosidade e garante agilidade na mobilização para situações imprevistas.
- **Integração de Tecnologia RPA/Drones (IFES):** Diversos Institutos Federais (como IFES e IFSul) já realizaram contratações específicas de operação de aeronaves remotamente pilotadas para fiscalização perimetral. O mercado atual de segurança privada no Estado de São Paulo já dispõe de empresas com CNAEs específicos e profissionais qualificados (CBO de Operador de Drone), integrando imagens térmicas para vigilância noturna e detecção de focos de incêndio.

Estudo das Alternativas Tecnológicas e Operacionais Foram avaliadas as seguintes soluções para o enfrentamento dos riscos patrimoniais e ambientais da UFSCar:

- **Cenário 1 - Manutenção do Modelo Convencional (Status Quo):** Baseado exclusivamente em postos fixos humanos.

Análise: Requereria um aumento inviável de postos para cobrir as extensas áreas de cerrado e perímetros dos *campi*, além de possuir baixa eficiência na detecção precoce de queimadas.

- **Cenário 2 - Contratação de Brigada de Incêndio Independente:** * *Análise:* Geraria uma sobreposição de custos e dificuldades de coordenação tática entre a segurança patrimonial e a brigada, elevando o custo global da contratação.
- **Cenário 3 - Modelo Híbrido UFSCar (Solução Escolhida):** Integração de postos fixos estratégicos, rondas motorizadas com vigilantes-brigadistas e monitoramento aéreo por drones sob demanda.

Análise: Esta alternativa maximiza a eficiência operacional. A tecnologia de drones com câmera térmica atua como multiplicador de força, cobrindo áreas remotas em minutos, enquanto a cumulação da função de brigadista para motorizados garante resposta imediata a sinistros, conforme facultado pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria em SP.

Justificativa da Escolha da Solução A solução proposta (Cenário 3) foi escolhida por apresentar o melhor índice de **Custo-Benefício e Eficiência**, alinhando-se ao princípio da inovação da Lei nº 14.133/2021. A separação em itens por demanda para drones e segurança eventual permite uma gestão orçamentária dinâmica: em períodos de alta criticidade (seca/queimadas ou grandes eventos), a Universidade amplia o serviço; em períodos de baixa demanda, o custo é reduzido ao mínimo operacional, preservando o erário.

7. Descrição da solução como um todo

A solução consiste na prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial para a UFSCar, estruturada sob um modelo de **Gestão Integrada de Riscos**. A estratégia abandona a dependência exclusiva de postos estáticos, evoluindo para um ecossistema que combina presença humana estratégica, mobilidade tática e inteligência aérea, conforme detalhado nos eixos abaixo:

Eixo I: Vigilância Humana Presencial e Especializada

- **Postos de Controle e Acesso:** Manutenção de postos fixos em pontos críticos de vulnerabilidade, como portarias principais e áreas de alta concentração de ativos tecnológicos, garantindo a dissuasão e o controle de fluxo.
- **Unidades de Pronto-Atendimento (Vigilantes-Brigadistas):** Os vigilantes motorizados atuam como células de resposta rápida. Além do patrulhamento preventivo, estes profissionais estão capacitados para a primeira intervenção em sinistros e emergências médicas, otimizando a resiliência dos campi em áreas remotas ou de difícil acesso.

Eixo II: Vigilância Aérea Tática e Ambiental (Drones por Demanda)

- **Monitoramento por Georreferenciamento:** Utilização de Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPA) equipadas com sensores térmicos e câmeras de alta definição.
- **Operação Sazonal Inteligente:** O item de drones será acionado de forma intensiva em períodos de estiagem para a detecção precoce de focos de incêndio em áreas de cerrado, e em apoio a operações de busca ou vigilância perimetral noturna. Esta abordagem substitui a necessidade de múltiplos postos humanos em áreas de mata, reduzindo custos e riscos à integridade física dos vigilantes.

Eixo III: Segurança Responsiva (Sob Demanda)

- **Escalabilidade Operacional:** Criação de um banco de horas/serviços para segurança eventual, permitindo que a Prefeitura Universitária mobilize reforços para eventos acadêmicos, proteção de autoridades e situações de crise sem a necessidade de aditivos contratuais complexos ou remanejamentos que desguarneçam os postos fixos.

- **Faturamento por Efetividade:** Diferente dos postos fixos, este eixo será remunerado estritamente conforme a Ordem de Serviço executada, garantindo eficiência orçamentária e transparência no uso dos recursos públicos.

Eixo IV: Governança e Fiscalização Tecnológica

- **Central de Operações Integrada:** Todas as frentes (fixa, motorizada e aérea) deverão reportar-se a uma Central de Monitoramento, permitindo a triangulação de informações e a coordenação centralizada de incidentes.
- **Transparência e Controle:** A contratada deverá fornecer relatórios de telemetria dos voos de drone e registros de ronda por GPS, permitindo que a fiscalização da UFSCar audite o serviço prestado em tempo real e de forma remota

Inovações Incorporadas à Solução

A solução contratual contempla inovações técnicas e operacionais estratégicas, com o objetivo de modernizar, ampliar a efetividade e garantir maior economicidade e segurança às ações de vigilância patrimonial da UFSCar. Dentre as inovações, destacam-se:

- Inclusão de posto de supervisor de monitoramento com uso de drone de vigilância 24h, operando equipamento dotado de câmeras diurnas, noturnas e sensor infravermelho (detecção de calor), destinado ao sobrevoo tático e monitoramento remoto de áreas extensas, de difícil acesso e sensíveis ambientalmente, especialmente as áreas de cerrado. Tal solução tecnológica representa uma ampliação significativa da capacidade preventiva da segurança institucional, reduzindo o tempo de resposta, os riscos à integridade dos profissionais em campo e os custos operacionais com deslocamentos físicos desnecessários;
- Inclusão de vigilantes brigadistas motorizados com motocicleta, responsáveis por patrulhamento dinâmico e resposta rápida a incidentes, com foco especial nas áreas de maior vulnerabilidade e nos entornos ambientais. A adoção desse perfil decorre de recomendações do Ministério Público, associadas à necessidade de pronta atuação em situações de princípio de incêndio, atendimentos emergenciais de primeiros socorros e suporte logístico a outras equipes. Os profissionais deverão contar com formação técnica específica e capacitação permanente em técnicas de combate a incêndio e atendimento pré-hospitalar básico. Esses recursos inovadores, aliados à manutenção de postos fixos e patrulhamento volante, compõem uma solução inteligente, integrada e alinhada aos princípios da eficiência (art. 5º), economicidade (art. 11) e da gestão orientada ao desempenho (Art. 144) da Lei nº 14.133/2021.
- Inclusão de postos de coordenador de operações e inteligência. A complexidade geográfica dos *campi* da UFSCar, aliada à introdução de tecnologias de monitoramento aéreo (Drones) e à natureza híbrida da nova contratação (postos fixos + serviços sob demanda), exige uma figura de coordenação que transcenda a simples supervisão de escala.

O Coordenador será responsável por processar os dados coletados pelas rondas e drones, identificando padrões de vulnerabilidade e pontos cegos, transformando a vigilância meramente reativa em uma estratégia preventiva. Além disso, com a inclusão da função de brigadista para os vigilantes motorizados, o Coordenador atuará no alinhamento direto em casos de queimadas e sinistros, otimizando o tempo de resposta e a mobilização de recursos. Ainda, atuará como o interlocutor técnico junto à fiscalização da Universidade, especialmente na mobilização imediata das equipes de segurança por demanda (eventos e autoridades).

Embora represente um posto de gestão, o Coordenador de Operações e Inteligência viabiliza a redução do número total de vigilantes fixos no longo prazo. Ao otimizar as rotas de vigilância motorizada e o uso de drones, a Administração consegue cobrir áreas maiores com menos postos humanos estáticos, resultando em um custo-benefício superior para a UFSCar.

Definição da Solução Tecnológica

A presente contratação incorpora solução tecnológica de ponta por meio da utilização de drone profissional de vigilância como ferramenta de apoio tático, monitoramento remoto e resposta preventiva a incidentes. A escolha por esta tecnologia está alinhada ao art. 11 da Lei nº 14.133/2021, que determina a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração, bem como à diretriz da inovação constante.

A utilização de drone amplia a eficácia da vigilância patrimonial em áreas extensas e de difícil acesso, como regiões de cerrado e reserva ambiental, onde a atuação exclusiva de vigilantes motorizados se mostra limitada. O equipamento permite:

- A vigilância aérea contínua, com sobrevoo tático em pontos estratégicos;
- A identificação de focos de calor, auxiliando a prevenção e o combate a incêndios;
- A gravação e transmissão de imagens em tempo real para fins de segurança e fiscalização;
- A redução do tempo de resposta a ocorrências e do custo operacional com deslocamento físico de equipes.

Como parâmetro técnico mínimo, foram adotadas as especificações dos modelos DJI Mavic 3T ou DJI M30, ambos amplamente utilizados no setor de segurança e emergências públicas.

Justificativas técnicas da escolha (parâmetros mínimos de referência):

- Sensor térmico (infravermelho): essencial para operações noturnas e identificação de calor humano e focos de incêndio;
- Câmera com zoom híbrido de até 56x (Mavic 3T) ou zoom óptico de até 16x (M30): permite aproximação segura sem exposição da equipe;
- Câmera wide com resolução mínima de 48MP (Mavic 3T) ou 48MP e sensor CMOS 1/2" (M30): garante imagens de alta definição para monitoramento e documentação;
- Autonomia de voo mínima de 30 minutos: assegura cobertura adequada durante rondas aéreas planejadas;
- Resistência à água e poeira (IP55 no caso do M30): fator essencial para operação em campo em condições climáticas adversas;
- Sistema de transmissão de vídeo em tempo real (OcuSync 3.0 ou superior): com alcance de até 15 km (em condições ideais);
- Compatibilidade com software de mapeamento e roteirização de voo automático: aumentando a eficiência das missões e controle técnico-operacional.

A definição desses modelos como referência visa assegurar a adequada relação custo-benefício, eficiência operacional e compatibilidade com os objetivos da vigilância *multicampi*. A Administração poderá admitir modelos equivalentes desde que comprovadamente atendam aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos.

A padronização desses requisitos também atende aos princípios da isonomia, competitividade, eficiência e planejamento adequado, sendo fundamental para garantir a efetiva proteção do patrimônio público e da comunidade acadêmica, com uso racional e inovador dos recursos disponíveis.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A quantidade de postos de trabalho foi obtida levando-se em conta o tamanho de cada campus do Órgão, incluindo seus anexos e unidades externas; a distribuição dos servidores e as demandas das unidades; a distribuição de equipamentos e tecnologias existentes nas unidades, além de considerar, ainda, a iminente alteração de estrutura.

O método utilizado para estimar as quantidades foi o do número mínimo de postos de trabalho que tenham necessidade do serviço, visando-se a economicidade na contratação, conforme detalhado abaixo:

Grupo 1 - Campus de São Carlos, localizado na Rodovia Washington Luís, Km 235 – SP 310 – São Carlos/SP					
ITEM	CATEGORIA (A)	Unidade	QTD	PESSOAS POR POSTO (C)	TOTAL DE PESSOAS (D) = (B x C)

1	Posto de Vigilância à pé – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	Posto	7	2	14
2	Posto de Supervisor de Monitoramento/Operador de drone - 12 hs diurnas de segunda -feira a domingo, envolvendo 02 supervisores em turnos de 12x36 hrs	Posto	1	2	2
3	Posto de Vigilante Operador de Monit. Eletrônica - Vigilância Desarmada à pé – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	Posto	2	2	4
4	Posto de Vigilância à pé – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	Posto	7	2	14
5	Posto de Supervisor de Monitoramento/Operador de drone - 12 hs noturnas de segunda -feira a domingo, envolvendo 02 supervisores em turnos de 12x36 hrs	Posto	1	2	2
6	Posto Vigilante Operador de Monit. Eletrônico Vigilância à pé – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	Posto	2	2	4
7	Posto de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	Posto	4	2	8
8	Posto de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	Posto	4	2	8
9	Posto de vigilância almocista, 12 hrs diurnas de segunda feira a domingo, envolvendo 02 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	Posto	1	2	2

10	Posto de vigilância jantista, 12 hrs noturnas de segunda feira a domingo, envolvendo 02 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	Posto	1	2	2
11	Posto de coordenador de operações e inteligência, 40 hrs de segunda-feira a sexta-feira.	Posto	1	1	1
			31		61
TOTAL GLOBAL - GRUPO 1					

Grupo 2 - Campus de Sorocaba, localizados na Rodovia João Leme dos Santos – SP 264 – Km 110, Barirro do Itinga – Sorocaba/SP					
ITEM	CATEGORIA (A)	Unidade	QTD	PESSOAS POR POSTO (C)	TOTAL DE PESSOAS (D) = (B x C)
12	Posto de Vigilância à pé – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	Posto	1	2	2
13	Posto de Vigilância à pé – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	Posto	1	2	2
14	Posto de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	Posto	2	2	4
15	Posto de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	Posto	2	2	4
16	Posto de Supervisor de Monitoramento - 12 hs diurnas de segunda -feira a domingo, envolvendo 02 supervisores em turnos de 12x36 hrs	Posto	1	2	2

17	Posto de Supervisor de Monitoramento - 12 hs noturnas de segunda -feira a domingo, envolvendo 02 supervisores em turnos de 12x36 hrs	Posto	1	2	2
			8		16
TOTAL GLOBAL - GRUPO 2					

Grupo 3 - Campus de Sorocaba, Núcleo de Educação, Tecnologia e Cultura – NETC da UFSCar/Sorocaba, e na Rua Maria Cinto de Biaggi, nº 130, Santa Rosália – Sorocaba/SP					
ITEM	CATEGORIA (A)	Unidade	QTD	PESSOAS POR POSTO (C)	TOTAL DE PESSOAS (D) = (B x C)
18	Posto de Vigilância à pé – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	Posto	1	2	2
19	Posto de Vigilância à pé – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	Posto	1	2	2
			2		4
TOTAL GLOBAL - GRUPO 3					

Grupo 4 - Campus de Araras, localizado na Rodovia Anhanguera, Km 174 – SP-330, Araras/SP					
ITEM	CATEGORIA (A)	Unidade	QTD	PESSOAS POR POSTO (C)	TOTAL DE PESSOAS (D) = (B x C)

20	Posto de Vigilância à pé – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	Posto	3	2	6
21	Posto de Vigilância à pé – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	Posto	3	2	6
22	Posto de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	Posto	1	2	2
23	Posto de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	Posto	2	2	4
			9		18
TOTAL GLOBAL - GRUPO 4					

Grupo 5 - Campus de Araras, Estação Experimental de Valparaíso, Rodovia Dr. Plácido Rocha, Km 41, Valparaíso/SP					
ITEM	CATEGORIA (A)	Unidade	QTD	PESSOAS POR POSTO (C)	TOTAL DE PESSOAS (D) = (B x C)
24	Posto de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	Posto	1	2	2
25	Posto de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	Posto	1	2	2
			2	4	4
TOTAL GLOBAL - GRUPO 5					

Grupo 6 - Campus Lagoa do Sino, localizado na Rodovia Lauri Simões de Barros, Km 12 - SP-189, Bairro Aracaçu (zona rural), Buri/SP

ITEM	CATEGORIA (A)	Unidade	QTD	PESSOAS POR POSTO (C)	TOTAL DE PESSOAS (D) = (B x C)
26	Posto de Vigilância à pé – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	Posto	1	2	2
27	Posto de Vigilância à pé – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	Posto	1	2	2
28	Posto de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	Posto	1	2	2
29	Posto de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	Posto	1	2	2
			4		8
TOTAL GLOBAL - GRUPO 6					

EQUIPAMENTO

30	Drone M30 THERMAL	UN	1
----	-------------------	----	---

SERVIÇO POR DEMANDA (HORA/HOMEM – TODOS OS CAMPI)

--	--	--	--

31	Serviço de segurança pessoal e/ou de eventos por demanda (hora/homem)	Hora	3.000
----	---	------	-------

Memória de Cálculo da Hora/Homem (Referência 2026)

Para o cálculo, utilizamos o **Piso Salarial 2026 do Vigilante (R\$ 2.271,74)** somado à periculosidade e encargos.

Componente	Valor / Descrição
Salário Base (Piso 2026)	R\$ 2.271,74
Adicional de Periculosidade (30%)	R\$ 681,52
Encargos Sociais (Grupo A, B, C, D)	~74,71% (Conforme SESVESP)
Benefícios (VR R\$ 42,00 + Cesta Proporcional)	Valor por dia de evento
LDI (Lucro e Administrativo)	Estimado em 15% a 25%

A estimativa para os serviços de segurança sob demanda (Itens de Eventos e Reforço) foi baseada na Hora/Homem Integrada. Diferente do posto de serviço contínuo, a hora de evento deve absorver o custo integral do deslocamento, alimentação (VR de R\$ 42,00 conforme CCT 2026), reserva técnica e o adicional de periculosidade. Adotou-se o valor médio de R\$ 42,15/hora, valor este que se mostra compatível com os preços praticados por empresas especializadas no interior de São Paulo e garante a mobilização imediata de efetivo para os *campi* da UFSCar.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 12.199.481,21

As estimativas preliminares dos preços dos itens a contratar, foram feitas com base no levantamento de mercado, no intuito de apoiar a análise de viabilidade da contratação, em especial com respeito à relação de custo-benefício da contratação.

No preço proposto pelos licitantes deverão estar incluídas todas as despesas com salários, leis sociais e trabalhistas, seguros, encargos sociais, impostos e taxas, transporte, alimentação, EPIs, treinamento/reciclagem, reserva técnica, despesas administrativas e lucros e demais insumos necessários à sua composição.

Na proposta apresentada deverá constar o valor do posto para cada categoria de serviço apresentado neste Estudo Técnico Preliminar, bem como a planilha demonstrativa de composição de preços, com a previsão de custo mensal para o total de postos previstos para um mês e o valor global para os 12 (doze) meses previstos de contratação inicial, levando em consideração o levantamento de remuneração mínima estipulado neste ETP.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Após consulta aos arquivos do TCU, no que diz respeito à Aquisições Públicas, ainda de acordo com o art. 23, § 1º:

Art. 23, § 1º: As obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.

A orientação é que se respondam as seguintes perguntas, visando identificar a divisibilidade ou não da contratação:

- 1) É tecnicamente viável dividir a solução?
- 2) É economicamente viável dividir a solução?
- 3) Não há perda de escala ao dividir a solução?
- 4) Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?

Para solução encontrada pela Administração no caso em questão, constatamos tratar-se da execução de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra em que as empresas atuam no mercado de forma segmentada. Assim, a presente solução não deverá permitir o parcelamento do objeto, sob o aspecto de elevar os riscos e comprometer o conjunto da solução.

Justificativa Técnica para o Agrupamento

A natureza da solução de segurança proposta para a UFSCar não se limita à mera vigilância patrimonial estática; trata-se de um ecossistema integrado que envolve vigilância humana (postos fixos), monitoramento aéreo (drones), resposta a sinistros (brigadistas) e inteligência estratégica (coordenador).

- Risco de Conflito de Comandos: Caso os drones sejam operados pela Empresa A e a vigilância de solo pela Empresa B, haveria uma fragmentação na cadeia de comando. Em uma situação crítica (como um incêndio em área de mata ou invasão), a latência na comunicação entre empresas distintas comprometeria o tempo de resposta e a segurança da comunidade acadêmica.
- Unicidade de Comando: O Coordenador de Operações e Inteligência precisa ter autoridade direta sobre todos os recursos (humanos e tecnológicos). O lote único garante que a tecnologia seja uma ferramenta de suporte direto à vigilância, e não um serviço isolado.

A repartição do objeto em lotes distintos criaria zonas cinzentas de responsabilidade (o "jogo de empurra").

- Se um drone detectar uma intrusão, mas a equipe de solo não chegar a tempo, a culpa seria da falha de detecção (Empresa A) ou da falha de resposta (Empresa B)?
- No lote único, a responsabilidade é solidária e centralizada, facilitando a fiscalização pelas Prefeituras Universitárias e garantindo que o cumprimento contratual seja cobrado de um único prestador de serviços.

Embora o parcelamento busque a ampla competitividade, no caso específico da segurança integrada, o lote único gera economia por meio da otimização de custos indiretos:

- Estrutura Administrativa Única: Menor custo de LDI (Lucro e Despesas Indiretas) ao aproveitar a mesma estrutura de supervisão, preposto e administrativo para todos os itens.
- Logística: Otimização do uso de viaturas e equipamentos de rádio, que servirão tanto para o apoio aos drones quanto para a vigilância motorizada.

Conforme o Art. 40, §3º da Lei 14.133/2021, o parcelamento não deve ser adotado quando a economia de escala puder ser prejudicada ou quando o objeto for tecnicamente indivisível sob a ótica da eficácia. A separação dos itens (vigilância + tecnologia + coordenação) configuraria uma fragmentação da solução de segurança, elevando o risco de falha operacional e aumentando o custo de gestão para a máquina pública, que teria que gerir múltiplos contratos para um único fim: a proteção dos *campi*.

Esta modelagem encontra respaldo em entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU), que admite o agrupamento de itens quando há demonstração de que a gestão segregada é prejudicial à eficiência administrativa ou quando os itens guardam estreita relação de interdependência.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a presente demanda.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Com a contratação vislumbra-se o alcance de alguns benefícios diretos e indiretos, apresentando alto nível de contribuição aos seguintes Objetivos Estratégicos da UFSCar:

Eixo 4 - Gestão

Objetivo 4.1 - Melhorar a governança corporativa e transparência;

Objetivo 4.2 - Melhorar a aplicação de recursos financeiros;

Objetivo 4.4 - Criar condições de sustentabilidade os diversos setores da Universidade em suas relações com a comunidade externa.

Eixo 5 - Espaço Físico, Infraestrutura e Ambiente

Objetivo 5.2 - Aprimorar infraestrutura urbana (internet, comunicação, transporte, prédios);

Objetivo 5.4 - Promover a preservação e do patrimônio histórico-cultural da UFSCar;

Objetivo 5.6 - Ampliar projetos e ações de sustentabilidade ambiental;

Objetivo 5.7 - Recuperar e diversificar o uso de áreas e espaços coletivos.

Fonte: <https://www.spdi.ufscar.br/arquivos/planejamento/pdi/pdi-2024-2028.pdf>

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Continuidade e Fortalecimento das Atividades Finalísticas

A contratação visa garantir a integridade do patrimônio público e, primordialmente, a segurança da comunidade acadêmica (estudantes, docentes e servidores). Ao delegar a segurança patrimonial a uma estrutura especializada, a UFSCar assegura que suas atividades de ensino, pesquisa e extensão ocorram em ambiente seguro e confiável, mitigando interrupções causadas por sinistros ou atos ilícitos. A solução proposta atende ao Princípio da Eficiência (Art. 37, CF), transformando a segurança em um facilitador operacional das prefeituras universitárias.

Modernização Operacional e Inovação Tecnológica

Diferente do modelo anterior, a nova contratação introduz o conceito de Segurança Inteligente. O principal benefício é a transição de um modelo meramente reativo para um modelo preventivo, alcançado através de:

- Monitoramento Remoto e Aéreo (Drones): Ampliação da capacidade de vigilância em áreas de difícil acesso e perímetros extensos, com foco especial na prevenção de focos de incêndio e invasões de áreas de preservação.
- Gestão de Dados e Inteligência: A inclusão do Coordenador de Operações permite que a Administração tome decisões baseadas em relatórios de risco e indicadores de desempenho, otimizando o emprego do efetivo.

Mitigação de Riscos e Segurança Jurídica

O agrupamento dos serviços (vigilância, drones e coordenação) em lote único elevam o padrão de segurança institucional.

- Responsabilidade Centralizada: A contratação de uma empresa especializada sob a égide da Lei nº 14.133 /2021 confere maior robustez à fiscalização, garantindo que a matriz de riscos do contrato seja plenamente gerida pela contratada, desonerando a estrutura administrativa de falhas operacionais pontuais.

Otimização de Recursos e Economicidade

A busca pela eficiência é materializada pela Multifuncionalidade Operacional (Vigilantes Brigadistas) e pelo modelo de Serviços Sob Demanda para eventos. Isso permite que a UFSCar pague apenas pelo que efetivamente utiliza em situações excepcionais, evitando a manutenção de postos fixos ociosos durante períodos de baixa demanda acadêmica. O benefício direto é a maximização do retorno sobre o investimento (ROI) público, garantindo que "escassos recursos" sejam aplicados de forma estratégica.

Abrangência Territorial e Unidade de Gestão

A solução garante a cobertura padronizada em todos os *campi* (São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino) e unidades vinculadas (Valparaíso e NETC). A centralização do controle nas Prefeituras Universitárias, apoiada pelo Coordenador de Inteligência da contratada, assegura que, independentemente da localização geográfica, o padrão de proteção e a resposta a incidentes sigam protocolos rígidos e unificados.

14. Providências a serem Adotadas

Sabe-se que os serviços de vigilância são de extrema importância para garantia da preservação do patrimônio público e cabe à Administração Pública zelar pelos bens móveis e/ou imóveis a ela pertencentes, utilizando de todos os meios viáveis e cabíveis. Impera registrar, ainda, que a principal missão das atividades meio e apoio operacional é garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas da UFSCar de forma contínua, eficiente, flexível, fácil, segura e confiável. Assim sendo, a solução da presente demanda será atendida por meio da contratação de empresa que disponha dos profissionais que preencham os requisitos e qualificações exigidas neste Termo de Referência. Reitera-se que tais profissionais desenvolverão as atividades, respectivamente nos quatro *campi* da UFSCar, Estação Experimental de Valparaíso e NETC Sorocaba, e terão suas atividades coordenadas e controladas pelos servidores do quadro efetivo lotados nas prefeituras universitárias.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Os serviços prestados pela empresa contratada deverão atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental, conforme recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase no art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 STI/MPOG, bem como, o Decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305/2010 que institui a política de resíduos sólidos, no que couber:

- Atender aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a IN 01/2010-SLTI;
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- Contratar preferencialmente mão de obra local, contribuindo para maior geração de emprego;
- Prezar pela maior eficiência na utilização de recursos naturais, como água e energia;
- Prezar pela origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços.
- Utilizar produtos, materiais e equipamentos que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

- Observar a Resolução CONAMA nº 20/1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído.
- Instruir seus empregados e colaboradores a adotar práticas que minimizem o consumo de energia elétrica, água e de produção de resíduos sólidos, observando-se a sua correta destinação, conforme normas ambientais vigentes.
- Realizar, sempre que possível, a separação de resíduos recicláveis, promovendo a sua correta destinação.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares e as experiências anteriores indicam que esta forma de contratação é perfeitamente viável e que maximiza a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos. Neste contexto, tendo em vista a fundamentação apresentada, considerando as particularidades da temática em comento e havendo anuência da Pró-Reitoria de Administração, a equipe de planejamento declara ser viável a contratação da solução pretendida.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALEX ELIAS CARLINO

Prefeito Universitário do campus São Carlos

MAIARA FERNANDA PERES

Prefeita Universitária do campus Araras

ADEMIR PADILHA ARRUDA JUNIOR

Prefeito Universitário do campus Sorocaba

PAULO ROBERTO CASTANHO DE ALMEIDA

Prefeito Universitário do campus Lagoa do Sino

ANEXO II - QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E VALORES

Grupo 1 - Campus de São Carlos, localizado na Rodovia Washington Luís, Km 235 – SP 310 – São Carlos/SP						
ITEM	CATEGORIA (A)	CATSER	Unidade	QTD	Valor Mensal	Valor Anual
1	7 Postos de Vigilância à pé – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
2	1 Posto de Supervisor de Monitoramento/Operador de drone 12 hs diurnas de segunda -feira a domingo, envolvendo 02 supervisores em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
3	2 Postos de Vigilante Operador de Monit. Eletrônica - Vigilância Desarmada à pé – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
4	7 Postos de Vigilância à pé – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	30136	Mês	12		
5	1 Posto de Supervisor de Monitoramento/Operador de drone 12 hs noturnas de segunda -feira a domingo, envolvendo 02 supervisores em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
6	2 Postos Vigilante Operador de Monit. Eletrônico Vigilância à pé – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	30136	Mês	12		
7	4 Postos de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
8	4 Postos de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	30136	Mês	12		
9	1 Posto de vigilância almocista, 12 hrs diurnas de segunda feira a domingo, envolvendo 02 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
10	1 Posto de vigilância jantista, 12 hrs noturnas de segunda feira a domingo, envolvendo 02 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		

11	1 Posto de coordenador de operações e inteligência, 40 hrs de segunda-feira a sexta-feira.	30136	Mês	12		
TOTAL GLOBAL - GRUPO 1						

Grupo 2 - Campus de Sorocaba, localizados na Rodovia João Leme dos Santos – SP 264 – Km 110, Barirro do Itinga – Sorocaba/SP						
ITEM	CATEGORIA (A)	CATSER	Unidade	QTD	Valor Mensal	Valor Anual
12	1 Posto de Vigilância à pé – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
13	1 Posto de Vigilância à pé – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	30136	Mês	12		
14	2 Postos de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
15	2 Postos de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
16	1 Posto de Supervisor de Monitoramento - 12 hs diurnas de segunda -feira a domingo, envolvendo 02 supervisores em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
17	1 Posto de Supervisor de Monitoramento - 12 hs noturnas de segunda -feira a domingo, envolvendo 02 supervisores em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
TOTAL GLOBAL - GRUPO 2						

Grupo 3 - Campus de Sorocaba, Núcleo de Educação, Tecnologia e Cultura – NETC da UFSCar/Sorocaba,e na Rua Maria Cinto de Biaggi, nº 130, Santa Rosália – Sorocaba/SP						
ITEM	CATEGORIA (A)	CATSER	Unidade	QTD	Valor Mensal	Valor Anual
18	1 Posto de Vigilância à pé – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		

Grupo 6 - Campus Lagoa do Sino, localizado na Rodovia Lauri Simões de Barros, Km 12 - SP-189, Bairro Aracaçu (zona rural), Buri/SP						
ITEM	CATEGORIA (A)	CATSER	Unidade	QTD	Valor Mensal	Valor Anual
26	1 Posto de Vigilância à pé – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
27	1 Posto de Vigilância à pé – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
28	1 Posto de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
29	1 Posto de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	30136	Mês	12		
TOTAL GLOBAL - GRUPO 6						

EQUIPAMENTO						
ITEM	CATEGORIA (A)	CATSER	Unidade	QTD	Valor Mensal	Valor Anual
30	1 Drone M30 THERMAL	21660	Mês	12		

SERVIÇO POR DEMANDA (HORA/HOMEM - TODOS OS CAMPI)						
ITEM	CATEGORIA (A)	CATSER	Unidade	QTD	Valor Unitário	Valor Anual
31	Serviço de segurança pessoal e/ou de eventos por demanda (hora/homem)	30136	Hora	3.000	R\$ 42,15	R\$ 126.450,00

ANEXO III

A empresa contratada deverá alocar mão de obra capacitada para:

- Executar a(s) ronda(s) diária(s), tanto a pé como com uso de veículos automotores conforme a orientação recebida da Administração, verificando nas dependências dos edifícios e áreas adjacentes: se portas, janelas, portões e outras vias de acesso estão fechados corretamente e examinar as instalações para constatar irregularidades, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade. a fim de evitar roubos, furtos e prevenir incêndios e outros danos;
- Efetuar rondas com emprego de equipamento eletrônico ou similar, para registro de ronda e de eventos, que serão fornecidos pela CONTRATADA;
- Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida, bem como as que entender oportunas;
- A CONTRATADA deverá entregar relatório diário digital ou impresso dos eventos ocorridos no período, conforme Interesse da Administração;
- Desempenhar rotinas de controle de acesso aos Campi tais como: barreiras, preenchimento de formulários de visitantes, verificação de documentos, quando solicitado pela Administração, etc;
- Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas nos acessos principais dos Campi após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar, quando solicitado pela Administração;
- Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados, quando solicitado pela Administração;
- Orientar o fluxo de veículos em situações especiais;
- Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável da CONTRATADA, qualquer anormalidade ou acontecimento entendido como irregular, que possa vir a representar risco para o patrimônio e pessoas, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
- Proibir o ingresso e efetuar abordagem de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, verificando que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração e, caso contrário, solicitar a imediata interrupção da atividade;
- Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial nas proximidades dos acessos dos Campi que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações.
- Proibir a utilização dos Postos para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
- Permanecer nos postos, não devendo distrair-se de suas obrigações, exemplo: rodas de "bate-papo" principalmente para atenderem chamados ou cumprir tarefas alheias à natureza de seu serviço, bem como ouvir música em celulares e ou outros aparelhos eletrônicos;
- Assumir diariamente os Postos, devidamente uniformizada, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;
- Executar a(s) ronda(s) diária(s) verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
- Desempenhar os serviços com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral;
- Auxiliar eventualmente no combate a incêndios em edificações e em áreas rurais quando solicitado pela Administração ou Posto de Vigilância localizado na Prefeitura Universitária;
- Possuir cursos ou conhecimento de técnicas de relacionamento pessoal, bem como receber cursos de reciclagem técnica anualmente, apresentando periodicamente documentos comprobatórios, bem como quando da alteração do quadro de funcionários;

- Fica proibido o uso de telefones da Instituição para fins particulares;
- Manter o(s) vigilante(s) no posto, não devendo se afastar(em) de seus afazeres, principalmente para atender a chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- Vigilantes responsáveis pela Central de Monitoramento devem reportar imediatamente os vigilantes de campo caso verifiquem qualquer atividade suspeita, para rápida ação;
- Os serviços deverão respeitar às normas e aos princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando tecnologias e materiais ecologicamente corretos, atendendo aos critérios de sustentabilidade, assim como os descritos abaixo, quando possível:
 - Previsão da destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257/1999;
 - Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços.
- Manter afixado no posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades.

De responsabilidade da supervisão dos postos de trabalho:

- Deverá ser mantido pela CONTRATADA um serviço de supervisão dos postos responsável pelas atividades seguintes:
 - Fiscalizar, coordenar, controlar e orientar os Vigilantes;
 - Fiscalizar o bom andamento e a qualidade dos serviços executados, relatando ao órgão fiscalizador do CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada nos postos de serviço;
 - Executar as rondas conforme orientação recebida do Órgão Fiscalizador, verificando as dependências das instalações e adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções de segurança e vigilância patrimonial;
 - Emitir relatórios mensais contendo as situações encontradas durante as rondas e encaminhá-los ao órgão fiscalizador por meio do correio eletrônico de sistema próprio interno “Central de Serviços UFSCar”;
 - Participar da elaboração e da execução dos planos de trabalho e emergenciais, responsabilizando-se pela fiscalização, coordenação, controle e orientação dos vigilantes pela execução de todas as atividades de apoio aos serviços prestados;
 - Receber e realizar uma prévia apuração das ocorrências registradas em documento denominado de “Livro de Ocorrências dos Postos” ou informadas diretamente, bem como levá-las ao órgão fiscalizador, por meio de relatório e da adoção das providências necessárias para a regularização que se fizerem necessárias;
 - Comunicar, por meio de contato telefônico e correio eletrônico, imediatamente ao órgão fiscalizador qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências necessárias à regularização;
 - Apoiar a organização dos eventos, elaborando planos especiais de segurança em conjunto com o órgão fiscalizador do contrato;
 - Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes à profissão;
 - Apresentar ao órgão fiscalizador a listagem do efetivo, com a respectiva escala de trabalho, sempre que houver alterações;
 - A programação dos serviços será feita periodicamente pela administração e deverão ser cumpridos, pela CONTRATADA, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral;
- Deverá ser efetuada a reposição da mão de obra nos Postos, por profissional com as mesmas qualificações mínimas descritas neste instrumento, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
- Deverá ser mantida a disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela Administração, bem como impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações dela;

- Deverá ser feita a substituição de qualquer empregado da CONTRATADA nos casos de inobservância das especificações de prestação de serviços dispostas neste Termo de Referência, bem como no caso de desídia, imperícia ou negligência do funcionário.

ANEXO IV

Instrumento de Medição de Resultado - IMR – SERVIÇO DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL:

Para assegurar a prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá executá-los conforme rotinas previstas nas especificações contidas neste Instrumento, de forma contínua e com qualidade, sob a supervisão da Equipe de Fiscalização da Universidade pelos fiscais técnicos de cada Campi, identificando eventuais falhas ou outras situações que possam influenciar na medição de resultados, conforme quadros abaixo:

Indicador: Atendimento à demanda aos serviços de vigilância	
Finalidade	Garantir execução e eficiência dos serviços contratados
Meta a Cumprir	Realizar turnos diurno e noturno de 12 horas, entre 18h e 06h do dia seguinte diariamente conforme Contrato em escalas 12 x 36
Instrumento de Medição	Folha de ponto, visitas aos locais de execução, livro de registro de ocorrências, boletins de ocorrências, reclamações de usuários, formulários de fiscalização inclusive do Público Usuário
Formas de Acompanhamento	Registros de Ocorrência
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	A cada registro de ocorrência será valorado, de acordo com a tabela abaixo e a somatória mensal desses valores representará o índice de desconto.
Início de Vigência	A partir da assinatura do contrato

OCORRÊNCIA	PONTOS
Não cobertura do posto: desconto a cada 15 minutos, limitado à 2 (duas) horas por dia	0,3
Funcionários prestando serviços com uniforme ou EPI fora dos padrões previstos nesse edital (por ocorrência)	0,3
Reclamação formal da prestação de serviço, feita por servidor ou público em geral, após análise da equipe de Fiscalização	0,3
Não apresentar toda documentação exigida para execução do serviço. (Lista de checagem)	0,5
Permitir a realização de “dobra” da força de trabalho alocada ou não concessão dos descansos legais	0,5
Atraso na prestação de informações e esclarecimento, relativas ao objeto contratado, solicitados pela Equipe de Fiscalização (para cada 24 horas de atraso)	0,5
Permitir a saída de materiais do Instituto, sem que haja autorização formal de servidor credenciado pelo CONTRATANTE (por ocorrência)	0,5
Autorizar a saída de materiais solicitada por servidor não credenciado.	1,5
Deixar de realizar as rondas nas localizações de prestação dos serviços.	1,0
Fornecer uniformes, EPI's ou materiais de qualidade inferior à exigida no contrato. (por ocorrência)	0,3
Não adquirir materiais e bens de menor impacto ambiental quando comparados a outros similares.	0,5
Deixar de estabelecer contratações e cotas para mulheres	0,5

Deixar de comunicar imediatamente, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.	0,3
Deixar de comunicar imediatamente às autoridades competentes em caso de sinistros, desvios, roubos ou invasões	0,3
Deixar de observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Campus, adotando as medidas de segurança recomendadas pela Administração e as previstas em Lei	0,4
Deixar de auxiliar no controle da entrada e permanência somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas	0,2
Deixar de anotar placa dos veículos em atitudes suspeitas	0,3
Deixar de repassar as demandas e serviços de uma equipe para outra na troca de turnos.	0,5
Deixar de colaborar com os órgãos de Segurança Pública como Guarda Municipal, Polícias Civil, Militar e Federal nas ocorrências dentro das instalações da Administração, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.	0,3
Deixar de fechar portas e janelas que por ventura estiverem abertas, após a saída dos usuários.	0,3
Deixar de inspecionar as dependências, identificando, prevenindo e coibindo, incêndios, roubos, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades.	1,0
Não proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devidas e previamente autorizados pela Administração.	0,5
Assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada	1,0
Deixar de auxiliar no fluxo de pessoas, identificando, orientando, e encaminhando aos lugares desejados.	0,3
Deixar de apoiar acidentados ou vítimas de mal súbito, e de acionar devidamente o SAMU, Corpo de Bombeiro e Polícia Militar	0,8
Não registrar em instrumento próprio as ocorrências.	0,5

Penalidades Aplicadas	
Pontuação Acumulada	Sanção
1 a 2,9 pontos	Advertência
3 a 3,9 pontos	Desconto correspondente a 1% do faturado do mês da aplicação
4 a 4,9 pontos	Desconto correspondente a 2% do faturado do mês da aplicação
5 a 5,9 pontos	Desconto correspondente a 3% do faturado do mês da aplicação
6 a 6,9 pontos	Desconto correspondente a 4% do faturado do mês da aplicação
7 a 7,9 pontos	Desconto correspondente a 5% do faturado do mês da aplicação
8 a 9 pontos	Desconto correspondente a 10% do faturado do mês da aplicação
Ocorrência de pontuação acima de 9 pontos durante 3 meses a cada 12 meses de contrato.	Rescisão Unilateral

ANEXO V
Modelos de Drone -
Especificações Mínimas





MAVIC3T

RECURSO	M3T
Autonomia máxima	45 min
Alcance máx. de transmissão	Até 15 Km
Zoom Híbrido em Câmera RGB	56x
Peso máximo de decolagem	910 g
Possui Alto-falante e Holofote	Apenas Alto-falante
Velocidade Máxima	72 Km/h
Antenas Externas	Não
Resistência a vento	36 Km/h
Câmera Termal	Sim
Voo na chuva	Não
Classificação de proteção	Não
Inspeção com IA	Sim
Módulo Laser	Não
Baterias utilizadas em voo	1



*IA: Para detecção de IA é necessário um computador que comporte o processamento do vídeo.
Consultar valores com o executivo de vendas.*



M30T

RECURSO	M30T
Autonomia máxima	41 min
Alcance máx. de transmissão	Até 14 Km
Zoom Híbrido em Câmera RGB	200x
Peso máximo de decolagem	3998 g
Possui Alto-falante e Holofote	Sim
Velocidade Máxima	82,8 Km/h
Antenas Externas	Sim
Resistência a vento	54 Km/h
Câmera Termal	Sim
Voo na chuva	Sim
Classificação de proteção	IP55
Inspeção com IA	Sim
Módulo Laser	Sim
Baterias utilizadas em voo	2



*IA: Para detecção de IA é necessário um computador que comporte o processamento do vídeo.
Consultar valores com o executivo de vendas.*



COMPARATIVO DAS AERONAVES

MAVIC 3T

RECURSO	M3T
Autonomia máxima	45 min
Alcance máx. de transmissão	Até 15 Km
Zoom Híbrido em Câmera RGB	56x
Peso máximo de decolagem	910 g
Possui Alto-falante e Holofote	Apenas Alto-falante
Velocidade Máxima	72 Km/h
Antenas Externas	Não
Resistência a vento	36 Km/h
Câmera Termal	Sim
Voo na chuva	Não
Classificação de proteção	Não
Inspeção com IA	Sim
Módulo Laser	Não
Baterias utilizadas em voo	1

M30T

RECURSO	M30T
Autonomia máxima	41 min
Alcance máx. de transmissão	Até 14 Km
Zoom Híbrido em Câmera RGB	200x
Peso máximo de decolagem	3998 g
Possui Alto-falante e Holofote	Consultar valores
Velocidade Máxima	82,8 Km/h
Antenas Externas	Sim
Resistência a vento	54 Km/h
Câmera Termal	Sim
Voo na chuva	Sim
Classificação de proteção	IP55
Inspeção com IA	Sim
Módulo Laser	Sim
Baterias utilizadas em voo	2

*IA: Para detecção de IA é necessário um computador que comporte o processamento do video.
Consultar valores com o executive de vendas.*

DESCRIPTIVO

Mavic 3T

- **Câmera e Capacidade de Imagem**
Foca em imagens de alta resolução com câmera 4/3 CMOS.
- **Peso e Portabilidade**
Peso leve e fácil de transportar
- **Autonomia de voo e Resistência**
Maior autonomia de voo, tornando ideal para operações prolongadas.
Não voa na chuva .

M30

- **Câmera e Capacidade de Imagem**
Se destaca com suas câmeras duplas, oferecendo alta resolução quanto capacidade térmica, que servem para inspeções térmicas e operações de busca de salvamento.
- **Peso e Portabilidade**
um pouco mais pesado que o Mavic3T, refletindo sua construção robusta e capacidade avançada.
- **Autonomia de voo e Resistência**
Oferece melhor resistência ao vento e capacidade de operar em uma maior faixa de temperaturas, adequado para ambientes desafiadores.
Voa na chuva.

CAPACIDADE ESPECIAIS E APLICAÇÕES

MAVIC3T

Segurança do perímetro: Avalie situações com agilidade e crie rotas pré-programadas, aumentando a segurança dos funcionários e observadores. **Não voa na chuva**

Combate a incêndios: Combata incêndios e salve vidas sem colocar funcionários em risco.

Inspeções:

Telhados e Calhas: Inspeções com maior agilidade e precisão

Inspeção de linhas de tensão: Visualize redes de linhas de tensão com facilidade em áreas remotas.

Inspeções térmicas: Aferição de temperatura em ativos (geradores, torres de energia, tubulações), instalações e muito mais, ao passo que mantém funcionários em segurança e longe de áreas de risco.

Indicado para :

Portos, Marinas, Centros Logísticos, Condomínios Residenciais, Industrias.

M30

Segurança do perímetro: Avalie situações com agilidade e crie rotas pré-programadas, aumentando a segurança dos funcionários e observadores. **Vôos com chuva moderada**

Combate a incêndios: Combata incêndios e salve vidas sem colocar funcionários em risco.

Inspeções:

Telhados e Calhas: Inspeções com maior agilidade e precisão

Inspeção de linhas de tensão: Visualize redes de linhas de tensão com facilidade em áreas remotas.

Inspeções térmicas: Aferição de temperatura em ativos (geradores, torres de energia, tubulações), instalações e muito mais, ao passo que mantém funcionários em segurança e longe de áreas de risco.

Indicado para:

Mineradoras, Metalurgia, Portos, Parque Eólico, Florestal, Industrias.

COMO FUNCIONA O ANALITICO

O processamento de I.A são feitos através de NVR, DVR e alguns VMS's.

Na Aeroscan, usamos um computador específico para esta função. A Aeroscan fornece o equipamento, este é encaminhado ao projeto pronto para uso.

Nossa detecção engloba: Pessoas, animais, fumaça e fogo.

A função do drone é hoje, é captar a imagem. Quando o cliente possui um NVR com inteligência artificial embarcada, é possível ensinar esta I.A a tratar as imagens de acordo com o necessário e identificar os objetos situacionais nos quais se deseja atuar, por exemplo: alguma atividade suspeita na planta, pessoas e veículos transitando em locais proibidos, fiscalização de uso de EPI, etc.

As inteligências embarcadas no drone e disponíveis hoje são :

Câmera térmica com cerca de 12 paletas de cor, facilitando:

- Identificação de pessoas em mata
- Identificação de veículos durante a noite
- Inspeção térmica em dutos / vazamentos de gases e afins
- Drone Tracker: Tecnologia onde você seleciona o alvo e a câmera do drone segue aquele alvo

DRONES AUTOMATIZADOS PARA SEGURANÇA, VIGILÂNCIA E INSPEÇÃO

PLATAFORMA SIMA

Nossa plataforma conta com:

- Notificações para voos realizados
- Relatórios apresentando I.A foram identificadas
- Notificações em tela no formato (pop-up).

Obs: Para detecção ainda não existe notificação no celular, whatsapp ou correlatos, apenas em tela durante o voo. Seguimos em fase de desenvolvimento para aprimorar esta função, uma vez que o sistema de notificação já existe em nossa plataforma. Apesar da inteligência, é necessário o olho humano acompanhando a tela e entendendo que a I.A identificou um carros, focos de incêndio, fumaça ou pessoas.



aerosec

ANEXO VI - Planilha Modelo

PLANILHA PARA FORMAÇÃO DE CUSTOS EDITÁVEL CONFORME EDITAL, SEUS ANEXOS E A IN 5/2017 SEGES				
Processo nº	008648/2022-86	Pregão Eletrônico nº		Data: 23/03/2026
Objeto:	Serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, com dedicação exclusiva			

Utilize a tecla 'TAB' para mover-se por todas células desbloqueadas

Nota 1: Deverá ser elaborada uma planilha para cada tipo de serviço / local de prestação.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

Nota 3: Adicionais oferecidos por iniciativa ou política própria da empresa, quando expressos na planilha (se permitidos), deverão ter seu cumprimento comprovado na execução do contrato.

Nota 4: Valores pré-preenchidos que forem alterados devem ser justificados nesta coluna, motivando e demonstrando o cálculo quando aplicável.

Nota 5: O embasamento e as previsões legais referentes ao preenchimento da planilha, encontram-se nos comentários nas respectivas células.

Identificação da empresa				
Razão social:				
CNPJ:		ME/EPP	ESCOLHA	Regime tributário: ESCOLHA
Endereço:				
CEP:			Cidade:	
Telefone c/DDD:			Estado:	
E-mail:				
Validade da proposta:			Versão da planilha:	Inicial

Grupo	Item	Cargo / Categoria	unidade	Postos	Empregados	Regime de trabalho > 220 para 44h/semana e 200 para 40h/semana >>>>
			m²		1	Área total do serviço dos empregados deste(s) posto(s) de trabalho >>>>
Convenção Coletiva de Trabalho vigente para a categoria e no município de prestação do serviço						Frequência (quantas vezes o serviço é realizado por período) >>>>>>>>
Convenção utilizada / ano do acordo:				Data base:		Periodicidade (em que a frequência acima será realizada) >>>>>>>>>>
Tipo de serviço:			Categoria prof.:			Relação da necessidade de horas / mês trabalhadas >>>>>>>>>>>>>>
Classificação Brasileira de Ocupações (CBO):			Salário Normativo da Categoria			Produtividade mínima >>>>>>>>>>>>>>

Módulo 1 - Composição da Remuneração (conf. art.457 da CLT e Convenção Coletiva)					Justificativa / demonstração do cálculo aplicado (quando aplicável)
Item	Descrição	Percentual quando aplicável	Valor	Valor (caso seja diferente)	
A	Salário-Base	n/a	0,00		
B	Adicional de Periculosidade		0,00		
C	Adicional de Insalubridade		0,00		
D	Adicional Noturno		0,00		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0,00		
F	Gratificação de função		0,00		
G	Outros (especificar aqui e justificar na COLUNA G)		0,00		
H	Outros (especificar aqui e justificar na COLUNA G)		0,00		
Total da Remuneração:			R\$ 0,00		

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários					Justificativa / demonstração do cálculo aplicado (quando aplicável)
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias					
Item	Descrição	Percentual quando aplicável	Valor	Valor (caso seja diferente)	
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	0,00		
B	Férias e adicional de Férias	12,10%	0,00		
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre os itens A e B	33,80%	0,00		
Subtotal módulo 2.1:			R\$ 0,00		
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia (FGTS) e outras contribuições.					Justificativa / demonstração do cálculo aplicado (quando aplicável)
Item	Descrição	Percentual quando aplicável	Valor	Valor (caso seja diferente)	
A	INSS	20,00%	0,00		
B	Salário Educação	2,50%	0,00		
C	SAT - GIL/RAT conforme categoria profissional		0,00		
D	SESC ou SESI	1,50%	0,00		
E	SENAI - SENAC	1,00%	0,00		
F	SEBRAE	0,60%	0,00		
G	INCRA	0,20%	0,00		
H	FGTS	8,00%	0,00		
Subtotal módulo 2.2:			R\$ 0,00		
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários					Justificativa / demonstração do cálculo aplicado (quando aplicável)
Item	Descrição	Percentual quando aplicável	Valor	Valor (caso seja diferente)	
A	Transporte (já incluso o desconto legal de 6%)	44	5,10	224,40	
B	Vale alimentação ou Cesta (gêneros alimentícios)	n/a			
C	Tiquete refeição ou Serviço de refeições	n/a			
D	Outros (especificar aqui e justificar na COLUNA G)	n/a			
E	Outros (especificar aqui e justificar na COLUNA G)	n/a			
F	Outros (especificar aqui e justificar na COLUNA G)	n/a			
G	Outros (especificar aqui e justificar na COLUNA G)	n/a			
Subtotal módulo 2.3:			R\$ 224,40		
>>> TOTAL MÓDULO 2 >>>			R\$ 224,40		

Módulo 3 - Provisão para Rescisão					Justificativa / demonstração do cálculo aplicado (quando aplicável)
Item	Descrição	Percentual quando aplicável	Valor	Valor (caso seja diferente)	
A	Aviso Prévio Indenizado	0,29%	0,00		
B	FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,02%	0,00		
C	Inc. Sub. 2.2 (B, D, E, F e G) sobre A.Prévio Inden.	0,02%	0,00		
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,88%	4,21		
E	Incid. do submódulo 2.2 sobre A.Prévio Trabalhado	33,80%	1,42		
F	Multa do FGTS	4,00%	0,00		
G	Outros (especificar aqui e justificar na COLUNA G)		0,00		
H	Outros (especificar aqui e justificar na COLUNA G)		0,00		
Total Módulo 3:			R\$ 5,63		

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente					Justificativa / demonstração do cálculo aplicado (quando aplicável)
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais					
Item	Descrição	Percentual quando aplicável	Valor	Valor (caso seja diferente)	
A	Substituto na cobertura de Férias			0,00	
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	0,00		
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,08%	0,00		
D	S.cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,04%	0,00		
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,50%	0,00		

F	Outros (especificar aqui e justificar na COLUNA G)		0,00		
G	Outros (especificar aqui e justificar na COLUNA G)		0,00		
H	Outros (especificar aqui e justificar na COLUNA G)		0,00		
I	Incidência do submódulo 2.2 sobre Ausências legais	0,31%	0,00		
Subtotal módulo 4.1:		0,90%	R\$ 0,00		
Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada					
Item	Descrição	Percentual quando aplicável	Valor	Valor (caso seja diferente)	Justificativa / demonstração do cálculo aplicado (quando aplicável)
A	Subs. Cobertura: Intervalo p/repouso ou alimentação		0,00		
B	Outros (especificar aqui e justificar na COLUNA G)		0,00		
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre Intra jornada	0,00%	0,00		
Subtotal módulo 4.2:			R\$ 0,00		
>>> TOTAL MÓDULO 4 >>>			R\$ 0,00		

Módulo 5 - Insumos Diversos					Justificativa / demonstração do cálculo aplicado (quando aplicável)
Item	Descrição	Percentual quando aplicável	Valor	Valor (caso seja diferente)	
A	Uniformes				
B	EPI's				
C	Equipamentos				
D	Outros Materiais				
E	Outros (especificar aqui e justificar na COLUNA G)				
F	Outros (especificar aqui e justificar na COLUNA G)				
Total Módulo 5:			R\$ 0,00		

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro					Justificativa / demonstração do cálculo aplicado (quando aplicável)
Selecione o critério de tributação (Lucro Real ou Presumido):		ESCOLHA (Caso não seja optante do Simples)			
Item	Descrição	Percentual quando aplicável	Valor	Valor (caso seja diferente)	
A	Custos indiretos		0,00		
B	Lucro		0,00		
C	Tributos federais - PIS (1,65%) / COFINS (7,60%)	9,25%	23,45		
D	ESCOLHA	0,00%	0,00		
Total Módulo 6:			R\$ 23,45		

QUADRO RESUMO - CUSTO TOTAL MENSAL POR EMPREGADO				
Módulo	Descrição	Valor		
1	Total da Remuneração	R\$ 0,00		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 224,40		
3	Provisão para Rescisão	R\$ 5,63		
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 0,00		
5	Insumos Diversos	R\$ 0,00		
Subtotal:		R\$ 230,03	Base de cálculo para os Tributos:	
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 23,45	R\$ 253,48	
TOTAL MENSAL POR EMPREGADO:		R\$ 253,48		

RESUMO TOTAL DA CONTRATAÇÃO COM TOTAL GLOBAL DA PROPOSTA PARA O ITEM				Preço por metro quadrado:
Descrição	Quantidade	Custo Mensal	Custo Anual	
Custo por empregado	1	R\$ 253,48	R\$ 3.041,77	
Custo do posto do respectivo serviço	1	R\$ 253,48	R\$ 3.041,77	< Preço da área total mensal e anual por posto
Custo total conforme o total de postos		R\$ 0,00	R\$ -	< Total global da proposta para o item

ANEXO II

ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

Eu, _____, CPF _____, CREA
_____, representante da _____ empresa
_____, CNPJ
nº _____, com sede à
_____, fone
_____, fax _____, declaro para fins de habilitação no Processo

23112.004492/2024-26, que me foi facultada a realização de vistoria aos locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em apreço e que concordo com as condições existentes. A empresa se dá por satisfeita com as informações obtidas acerca do Objeto desta licitação, tendo analisado todos os projetos e conferido as informações, concordando com as condições existentes. Declaro ainda que tenho ciência da relação de serviços executados e a executar, conforme Anexo I do edital, bem como de todas as implicações técnicas e financeiras da continuidade dos serviços.

VISITA REALIZADA EM ____ / ____ / 2026, ÀS _____ HORAS

Local e data

Assinatura e carimbo

(Representante Legal)

Visto:

ANEXO III

ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA

A (Empresa) _____, CNPJ nº _____, neste ato representada por _____(representante da empresa constando sua qualificação, inclusive qual função/cargo na empresa), DECLARAMOS que OPTAMOS por NÃO REALIZAR a Vistoria aos locais de execução dos serviços e que ASSUMIMOS todo e qualquer risco por esta decisão e nos comprometemos a prestar fielmente os serviços nos termos do Edital e dos demais anexos que compõe o Processo Administrativo nº 23112.004492/2024-26, em ____ de _____ de 2026.

São Carlos, ____ de _____ de 2026.

Assinatura e carimbo
(Representante Legal)

**ANEXO IV – TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO
ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador- Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a **UNIÃO**, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Subprocuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, “(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do Merchandising é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora labore em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-

obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de- obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das leis do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades- fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais. Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho BRASILINO
SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho MOACIR ANTONIO DA
SILVA MACHADO

Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO

Sub-Procuradora-Regional da União – 1ª Região Advogado da União Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES

Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE REGINA BUTRUS

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS CONTÍNUOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO
E CONTRATAÇÃO DIRETA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Processo Administrativo nº 23112.004492/2024-26

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)

.....

E

.....

A **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**, com sede na Rodovia Washington Luís km 235 - São Carlos/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 45.358.058/0001-40, neste ato representado pela Pró-Reitora de Administração, Edna Hércules Augusto, nomeada pela Portaria nº 4897/2021 de 25 de fevereiro de 2021, publicada no dia 01 de março de 2021, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, processo administrativo n.º 23112.004492/2024-26, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de contratação de empresa especializada na prestação do serviço de vigilância patrimonial desarmada, com dedicação exclusiva de mão de obra, nos quatro campi da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Grupo 1 - Campus de São Carlos, localizado na Rodovia Washington Luís, Km 235 – SP 310 – São Carlos/SP						
ITEM	CATEGORIA (A)	CATSER	Unidade	QTD	Valor Mensal	Valor Anual
1	7 Postos de Vigilância à pé – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		

2	1 Posto de Supervisor de Monitoramento/Operador de drone - 12 hs diurnas de segunda -feira a domingo, envolvendo 02 supervisores em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
3	2 Postos de Vigilante Operador de Monit. Eletrônica - Vigilância Desarmada à pé – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
4	7 Postos de Vigilância à pé – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	30136	Mês	12		
5	1 Posto de Supervisor de Monitoramento/Operador de drone - 12 hs noturnas de segunda -feira a domingo, envolvendo 02 supervisores em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
6	2 Postos Vigilante Operador de Monit. Eletrônico Vigilância à pé – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	30136	Mês	12		
7	4 Postos de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
8	4 Postos de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	30136	Mês	12		
9	1 Posto de vigilância almocista, 12 hrs diurnas de segunda feira a domingo, envolvendo 02 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
10	1 Posto de vigilância jantista, 12 hrs noturnas de segunda feira a domingo, envolvendo 02 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		

11	1 Posto de coordenador de operações e inteligência, 40 hrs de segunda-feira a sexta-feira.	30136	Mês	12		
TOTAL GLOBAL - GRUPO 1						

Grupo 2 - Campus de Sorocaba, localizados na Rodovia João Leme dos Santos – SP 264 – Km 110, Barirro do Itinga – Sorocaba/SP						
ITEM	CATEGORIA (A)	CATSER	Unidade	QTD	Valor Mensal	Valor Anual
12	1 Posto de Vigilância à pé – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
13	1 Posto de Vigilância à pé – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	30136	Mês	12		
14	2 Postos de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
15	2 Postos de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
16	1 Posto de Supervisor de Monitoramento - 12 hs diurnas de segunda -feira a domingo, envolvendo 02 supervisores em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
17	1 Posto de Supervisor de Monitoramento - 12 hs noturnas de segunda -feira a domingo, envolvendo 02 supervisores em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
TOTAL GLOBAL - GRUPO 2						

Grupo 3 - Campus de Sorocaba, Núcleo de Educação, Tecnologia e Cultura – NETC da UFSCar/Sorocaba,e na Rua Maria Cinto de Biaggi, nº 130, Santa Rosália – Sorocaba/SP						
ITEM	CATEGORIA (A)	CATSER	Unidade	QTD	Valor Mensal	Valor Anual
18	1 Posto de Vigilância à pé – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
19	1 Posto de Vigilância à pé – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
TOTAL GLOBAL - GRUPO 3						

Grupo 4 - Campus de Araras, localizado na Rodovia Anhanguera, Km 174 – SP-330, Araras/SP						
ITEM	CATEGORIA (A)	CATSER	Unidade	QTD	Valor Mensal	Valor Anual
20	3 Postos de Vigilância à pé – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
21	3 Postos de Vigilância à pé – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
22	1 Posto de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
23	1 Posto de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	30136	Mês	12		
TOTAL GLOBAL - GRUPO 4						

Grupo 5 - Campus de Araras, Estação Experimental de Valparaíso, Rodovia Dr. Plácido Rocha, Km 41, Valparaíso/SP						
ITEM	CATEGORIA (A)	CATSER	Unidade	QTD	Valor Mensal	Valor Anual
24	1 Posto de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	30136	Mês	12		
25	1 Posto de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	30136	Mês	12		
TOTAL GLOBAL - GRUPO 5						

Grupo 6 - Campus Lagoa do Sino, localizado na Rodovia Lauri Simões de Barros, Km 12 - SP-189, Bairro Aracaçu (zona rural), Buri/SP						
ITEM	CATEGORIA (A)	CATSER	Unidade	QTD	Valor Mensal	Valor Anual
26	1 Posto de Vigilância à pé – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
27	1 Posto de Vigilância à pé – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
28	1 Posto de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs	30136	Mês	12		
29	1 Posto de Vigilância Brigadista com moto – 12 hrs noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 hrs;	30136	Mês	12		
TOTAL GLOBAL - GRUPO 6						

EQUIPAMENTO						
ITEM	CATEGORIA (A)	CATSER	Unidade	QTD	Valor Mensal	Valor Anual
30	1 Drone M30 THERMAL	21660	Mês	12		

SERVIÇO POR DEMANDA (HORA/HOMEM - TODOS OS CAMPI)						
ITEM	CATEGORIA (A)	CATSER	Unidade	QTD	Valor Unitário	Valor Anual
31	Serviço de segurança pessoal e/ou de eventos por demanda (hora/homem)	30136	Hora	3.000	R\$ 42,15	R\$ 126.450,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da **assinatura do contrato**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxx)**, perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.36. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.37. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.38. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.39. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.40. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.41. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.42. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;
- 9.43. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitosas e humanizadas no ambiente laboral;
- 9.44. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;
- 9.45. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;

- 9.46. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;
- 9.47. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;
- 9.48. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;
- 9.49. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.
- 9.50. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.51. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 9.52. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.53. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.54. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 9.55. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 9.55.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;
- 9.55.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 9.56. Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;
- 9.56.1. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.
- 9.56.2. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.
- 9.56.3. O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.56.1.

9.56.4. O CONTRATADO deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

9.57. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

9.58. A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011

CLAÚSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

14.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.8.3. Das indenizações e multas.

14.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.10. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

14.11. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.12. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.13. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

14.13.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

14.13.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.14. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

14.15. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.15.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.15.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.16. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.17. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em São Carlos - SP, Seção Judiciária de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO VI – AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO

_____(identificação do
licitante), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal,
o Sr. _____(nome do representante), portador da Cédula
de Identidade RG nº _____e do CPF
nº _____, AUTORIZA a Fundação Universidade
Federal de São Carlos, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da
Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos
correspondentes do Edital do Pregão n. XXX/2026:

1) _____que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos
trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores
relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando
houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da
regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) _____que sejam provisionados valores para o pagamento dos
trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada,
bloqueada para movimentação, e _____aberta em
_____nome da empresa

_____(indicar o nome da empresa) junto a instituição
bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da Fundação Universidade
Federal de São Carlos, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os
respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) _____que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar
o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato,
caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento
da vigência contratual.

São Carlos, _____de _____de 2026.

(assinatura do representante legal do licitante)

ANEXO VII E SUB-ANEXOS (I A VIII) MODELO

DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE SÃO CARLOS E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

_____, VISANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DA RETENÇÃO DE PROVISÕES DE ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E OUTROS A SEREM PAGOS, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, estabelecido(a)

_____, (endereço completo), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ____- , por meio da Coordenação

_____, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº _____

_____, de ____ / ____ / _____, (data) publicada no D.O.U. de ____ / ____ / _____, (data) neste ato, representado(a) pelo(a)

_____(cargo), Senhor(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº_____, expedida pela_____, e inscrito no CPF sob nº_____, nomeado(a) pela Portaria nº_____, de ____ / ____ / _____(data), publicada no D.O.U. de ____ / ____ / _____(data), doravante denominado(a) **ADMINISTRAÇÃO**, e, de outro lado, a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**,_____

estabelecido(a)_____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº_____, daqui por diante denominado(a) **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, neste ato, _____ representado(a) _____ pelo seu_____(cargo),

Senhor(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº_____, expedida pela_____, e inscrito no CPF sob nº_____, têm justo e acordado o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, para o estabelecimento de critérios e procedimentos para abertura automatizada de contas bancárias específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços de contratos firmados pelo órgão ou entidade ora mencionado, mediante as condições previstas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA
PRIMEIRA DAS
DEFINIÇÕES

Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

1. **CLT** - Consolidação das Leis do Trabalho.
2. **Prestador de Serviços** - pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com a ADMINISTRAÇÃO.
3. **Rubricas** - itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO.
4. **Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação** - cadastro em nome do **Prestador dos Serviços** de cada contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO, a ser utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.
5. **Usuário(s)** - servidor(es) da ADMINISTRAÇÃO e por ela formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de autoatendimento da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.
6. **Partícipes** - referência ao órgão da Administração Pública Federal e à Instituição Financeira.

CLÁUSULA
SEGUNDA DO
OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, dos critérios para abertura de contas-depósitos específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela **ADMINISTRAÇÃO**, bem como viabilizar o acesso da **ADMINISTRAÇÃO** aos saldos e extratos das contas abertas.

1. Para cada **Contrato** será aberta uma **conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação** em nome do **Prestador de Serviços do Contrato**.
2. A conta será exclusivamente aberta para recebimento de depósitos dos recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados

pela **ADMINISTRAÇÃO**, pagos ao **Prestador de Serviços dos Contratos** e será denominada conta- depósito vinculada - bloqueada para movimentação.

3. A movimentação dos recursos na **conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação** será providenciada exclusivamente à ordem da **ADMINISTRAÇÃO**.

CLÁUSULA
TERCEIRA DO FLUXO
OPERACIONAL

O cadastramento, captação e movimentação dos recursos dar-se-ão conforme o fluxo operacional a seguir:

1. A **ADMINISTRAÇÃO** firma o Contrato com o Prestador dos Serviços.
2. A **ADMINISTRAÇÃO** envia à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** arquivo em meio magnético, em modelo específico previamente acordado entre a **ADMINISTRAÇÃO** e a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, para abertura de conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - em nome do Prestador de Serviços que tiver contrato firmado ou envia Ofício à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, solicitando a abertura de conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.
3. A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** recebe arquivo transmitido pela **ADMINISTRAÇÃO** e abre conta- depósito vinculada - bloqueada para movimentação, em nome do Prestador dos Serviços para todos os registros dos arquivos válidos, nas agências da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** no território nacional ou a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** recebe Ofício da **ADMINISTRAÇÃO** e, após a entrega, pelo Prestador de Serviços, dos documentos necessários, procede à abertura da conta-depósito vinculada

- bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.
4. A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** envia à **ADMINISTRAÇÃO** arquivo retorno em modelo específico previamente acordado entre os Partícipes, contendo o cadastramento da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação aberta em nome do Prestador dos Serviços, bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos ou envia Ofício à **ADMINISTRAÇÃO**, contendo o número da conta- depósito vinculada – bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.
5. A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** recebe o ofício da **ADMINISTRAÇÃO** e efetua cadastro no seu sistema eletrônico.

6. A ADMINISTRAÇÃO credita mensalmente recursos retidos da planilha de custos e de formação de preços do contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, mantida exclusivamente nas agências da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, mediante emissão de Ordem Bancária, na forma estabelecida pela ADMINISTRAÇÃO e pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

7. A ADMINISTRAÇÃO solicita à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA a movimentação dos recursos, na forma do Anexo IV do presente Instrumento.

8. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA acata solicitação de movimentação financeira na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação efetuada pela ADMINISTRAÇÃO, confirmando, por meio de Ofício, nos moldes indicados no Anexo V deste Instrumento, caso a movimentação não tenha sido efetuada pela Administração via meio eletrônico.

9. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibiliza à ADMINISTRAÇÃO aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos e para movimentação, se for o caso, da contadepósito vinculada - bloqueada para movimentação, após autorização expressa da ADMINISTRAÇÃO, para recebimento de chave e senhas de acesso a sistema eletrônico.

9.1. O fluxo operacional se dará nos seguintes termos:

9.1.1. O acesso da ADMINISTRAÇÃO às contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação fica condicionado à expressa autorização, formalizada em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste Instrumento, pelos Proponentes, titulares das contas, quando do processo de entrega da documentação junto à agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

9.1.2. Os recursos depositados nas contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação serão remunerados conforme índice de correção da poupança pro rata die.

9.1.3. Eventual alteração da forma de correção da poupança prevista no subitem 9.1.2 deste Instrumento implicará a revisão deste Termo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA QUARTA

DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

À **ADMINISTRAÇÃO** compete:

1. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, onde está estabelecido o vínculo jurídico com a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, para amparar a utilização de qualquer aplicativo.

2. Designar, por meio de Ofício, conforme Anexo VII do presente Instrumento, até, no máximo, 4 (quatro) servidores para os quais a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** disponibilizará chaves e senhas de acesso ao autoatendimento à Administração, com poderes somente para consultas

aos saldos e aos extratos das **contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação**.

3. Remeter à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** arquivos em modelo específico, acordado entre os Partícipes, solicitando o cadastramento das **contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação** ou remeter à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** Ofício, solicitando a abertura das **contas- depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação**.

4. Remeter Ofícios à Agência da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, solicitando a movimentação de recursos das **contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação** ou movimentá-los por meio eletrônico.

5. Comunicar ao **Prestador de Serviços**, na forma do Anexo VIII do presente Instrumento, o cadastramento das **contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação**, orientando-os a comparecer à Agência da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, para providenciar a regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste instrumento, para que a **ADMINISTRAÇÃO** possa ter acesso aos saldos e aos extratos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, bem como solicitar movimentações financeiras.

6. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de autoatendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e aos extratos das **contas-depósitos vinculadas-bloqueadas para movimentação**.

7. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.

8. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de autoatendimento da

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

9. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de autoatendimento da

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

10. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de autoatendimento, conforme item 2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados.

11. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento devido da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações.

12. Comunicar tempestivamente à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de autoatendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações.

13. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas de autoatendimento. 14. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de

autoatendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, e outras pessoas integrantes da **ADMINISTRAÇÃO** que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.

CLÁUSULA QUINTA
DAS COMPETÊNCIAS E
RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO
FINANCEIRA

À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA compete:

1. Disponibilizar os sistemas de autoatendimento à ADMINISTRAÇÃO.
2. Gerar e fornecer até 4 (quatro) chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de autoatendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário.
3. Informar à ADMINISTRAÇÃO quaisquer alterações nos serviços oferecidos pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, por intermédio dos sistemas de autoatendimento ou via Ofício.
4. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Instrumento, e ao cadastramento de contas-depósitos vinculadas-bloqueadas para movimentação.
5. Gerar e encaminhar, via sistema de autoatendimento, os arquivos retorno do resultado do cadastramento das contas-depósitos vinculadas-bloqueadas para movimentação ou encaminhar Ofício, contendo o número da conta aberta em nome do Prestador dos Serviços.
6. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste Instrumento.
7. Informar à ADMINISTRAÇÃO os procedimentos adotados, em atenção aos Ofícios recebidos.

CLÁUSULA SEXTA
DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

Este Termo de Cooperação Técnica não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

**CLÁUSULA SÉTIMA DA
VIGÊNCIA**

*** Observar a Orientação Normativa/AGU nº 44, de 26 de fevereiro de 2014.**

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ter sua vigência limitada a até 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura.

**CLÁUSULA OITAVA DA
PUBLICAÇÃO**

A publicação de extrato do presente Instrumento no Diário Oficial da União será providenciada pela ADMINISTRAÇÃO até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

**CLÁUSULA NONA DAS
ALTERAÇÕES**

Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objeto, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses termos a fazer parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

**CLÁUSULA DÉCIMA DA
RESCISÃO**

Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se

desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA

PRIMEIRA DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos dessa forma serão dirimidos pela Justiça Federal, na Seção Judiciária de ____.

E por estarem justos e de acordo, os Partícipes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

(Local e data)

Assinatura do representante da
Administração

Assinatura do representante da
Instituição Financeira

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Anexo I do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº _____ / _____ - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

_____, ____ de _____ de 2026

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

(nome)

(cargo/Gerente)

(Endereço com CEP)

Senhor(a) Gerente,

Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica nº / , firmado com essa Instituição, para solicitar que, excepcionalmente, promova o cadastramento de conta- depósito vinculada - bloqueada para movimentação –, em nome do Prestador de Serviços a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº / , firmado por esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL:

CNPJ: _____

Razão Social: _____

Nome Personalizado: _____

Endereço: _____

Representante Legal: _____

CPF do Representante Legal: _____

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal ou do servidor previamente designado pelo ordenador

Anexo II do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

INSTITUIÇÃO
FINANCEIRA
(LOGOTIPO)

_____ de _____ 20 .

Senhor (a) _____,

Em atenção ao Ofício _____, informamos que o representante legal da empresa _____, CNPJ _____, deverá comparecer à agência _____ para assinar o contrato da abertura de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, destinada a receber créditos ao amparo na IN nº _____, de _____ de _____ de _____, a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato nº _____.

Ratifico que, conforme previsto no Termo de Cooperação Técnica nº ____/____ firmado com a Instituição Financeira, qualquer tipo de movimentação financeira somente ocorrerá mediante solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

Gerente

Ao Senhor

Nome e cargo do representante da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Endereço

Anexo III do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

INSTITUIÇÃO
FINANCEIRA
(LOGOTIPO)

_____ de _____ 20

Senhor (a) _____,

Informamos abaixo os dados para abertura de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação à empresa _____, CNPJ _____, na agência _____, da Instituição Financeira, prefixo _____, destinada a receber os créditos ao amparo da IN nº _____ de _____ de _____ de _____, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

Agência: _____ Conveniente

Subordinante: Administração Pública Federal

Cidade/Município: _____

Comunico que essa Administração Pública Federal poderá realizar os créditos após pré-cadastramento no portal da Instituição Financeira, sítio _____.

Ratifico que a conta somente será aberta após o acolhimento do primeiro depósito e, conforme termo de Cooperação Técnica nº ____/____, qualquer tipo de movimentação financeira ocorrerá mediante solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

Atenciosamente,

Gerente

Anexo IV do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº ____ / ____

_____, _____ de _____ 20

A(o) Senhor(a) gerente

(nome do gerente)

(endereço da agência com CEP)

Senhor(a) gerente,

Solicito DEBITAR, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ _____ da conta nº _____ da agência nº _____ de titularidade de _____, (nome do proponente).

Inscrito no CNPJ sob o nº _____, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____ / ___, firmado por esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, e CREDITAR na seguinte conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação:

Instituição Financeira	Agência	Conta	CPF / CNPJ

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal/ou
servidor previamente designado pelo ordenador

Anexo V do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

INSTITUIÇÃO

FINANCEIRA

(LOGOTIPO)

Ofício/Carta nº _____ (número sequencial)

_____ de _____ 20____

Senhor (a) _____,

(nome do representante da Administração Pública Federal)

Em atenção ao seu Ofício nº ____/20____, de ____/____/20____, informo a efetivação de DÉBITO na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, de nº _____, da agência nº _____, da Instituição Financeira, e CRÉDITO na seguinte conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação:

CREDITAR			
Instituição Financeira	Agência	Conta	CPF / CNPJ

Atenciosamente,

(Nome do Gerente)

Nº da Agência da Instituição Financeira

Anexo VI do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

AUTORIZAÇÃO

À Agência _____ da Instituição Financeira _____ (endereço da agência)

Senhor (a) Gerente,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, quer a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação nº _____, de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, bem como tenha acesso irrestrito aos saldos da referida conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

(local e data)

Assinatura do titular da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação

Anexo VII do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº ____/ 20____

_____, _____ de _____ de 20____

Ao (À) Senhor (a) Gerente,

(nome do gerente)

(endereço da agência com CEP)

Senhor (a) Gerente,

Solicito providenciar a geração de chaves e senhas iniciais de acesso aos aplicativos dos sistemas de autoatendimento dessa Instituição Financeira para os servidores a seguir indicados:

CPF	Nome	Documento / Poderes

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal/ou
servidor previamente designado pelo ordenador

Anexo VIII do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº ____/ 20____ obrigações

_____, _____ de _____ de _____

Ao (À) Senhor (a),

(nome do proprietário da empresa contratada pela Administração Pública Federal)

(endereço da empresa com CEP)

Senhor (a) Sócio - Proprietário,

1. Informo que solicitei a abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, pertencente ao CNPJ sob o nº _____, na Agência nº _____, da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA _____, em seu nome, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado entre essa empresa e esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

2. Na oportunidade, solicito comparecer, em no máximo 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento deste Ofício, à referida agência para fornecer a documentação indicada no ato convocatório de licitação, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pela Instituição Financeira e autorizar, em caráter irrevogável e irretratável, o acesso irrestrito desta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aos saldos da referida conta-depósito, aos extratos e a movimentações financeiras da referida conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação.

3. Informo que o descumprimento do prazo indicado no parágrafo anterior poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula do mencionado contrato.

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal ou do
servidor previamente designado pelo ordenador

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

PROCESSO N.º 23112.004492/2024-26

PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/2026

A Empresa (nome da empresa licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º sediada (endereço completo), declara, para os devidos fins, que os serviços são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e art. 116 da Lei nº 14.133.

Local, ____ de _____ de 2026.

(Identificação e assinatura do representante legal do licitante)

OBS.:

1 - A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;

2 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.

ANEXO IX

**DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA MULHERES VÍTIMAS DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

PROCESSO N.º 23112.004492/2024-26

PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/2026

A Empresa (nome da empresa licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º sediada (endereço completo), declara, para os devidos fins, que se comprometerá com o cumprimento de reserva de vagas prevista em lei e na minuta do contrato para mulheres vítimas de violência doméstica, conforme disposto no Art. 3º da Lei nº 11.430, de 08 de Março de 2023, e § 9º, Art. 25, da Lei nº 14.133, de 01 de Abril de 2021.

Local, ____ de _____ de 2024.6

(Identificação e assinatura do representante legal do licitante)

OBS.:

3 - A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;

4 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.